PROGNÓSTICO – II
SAFRA 82/83

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 6 – Nº 10/11 – OUTUBRO/NOVEMBRO 1982

PERIÓDICOS

FGV-ESCOLA ADM EMPRESAS SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR
Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Pecuária
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona; Comércio Internacional; Feijão
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Cana-de-Açúcar; Mandioca; Álcool; Serviço de Dados Básicos
Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Algodão; Fruticultura; Olericultura
Iracema Bouzas Pessôa
Milho; Suinocultura; Avicultura; Serviço de Cadastro
Irene Raguenet Troccoli
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos
Leila Tendrih de Freitas Almeida
Cacau; Café; Fumo; Moeda e Crédito
Régis Norberto da Cunha Alimandro

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final
Emerson da Silva Martins
Secretária
Jorgina Leite Lemos
Datilógrafo
Damião Roberto Mattos Pinheiro
Mensageiro
José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação
Maria Eunice Rocha
Estagiários
Carlos Derouineau Antunes Neto
Cláudia Rodrigues Campos
Cristina Pinho Corrêa
Deborah de Almeida Lima
Edmilson Marques Lana

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola
CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análises

Avicultura 2
Cacau 7
Café 13
Cana-de-Açúcar. 21
Laranja 27
Pecuária de Corte 34
Pecuária de Leite. 42
Suinocultura. 46

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo. . . 50
Preços no Mercado Interno . . . 52
Preços Relativos 54

NOTA DA EDIÇÃO

Este número de "Agroanalysis" examina as perspectivas, para 1983, de um conjunto de produtos agrícolas de grande importância para a pauta de exportações brasileiras: café, cacau, açúcar, suco de laranja, carne avícola e carne bovina. São analisadas, também, as condições de mercado para os produtores de leite e de carne suína, que enfrentam sérias dificuldades econômicas.

No cenário internacional, o panorama, para nossos produtos, é de preços baixos, resultantes de um excesso da oferta em relação à demanda, após várias safras sucessivas em que a produção superou o consumo. Nem mesmo a recente queda das taxas de juros internacionais conseguiu suscitar alguma reação mais significativa dos preços, tal é a certeza de importadores, comerciantes e industriais de que os estoques elevados asseguram uma oferta regular e barata dos produtos de que necessitam.

Há, no entanto, alguns poucos motivos de esperança: a Organização Internacional do Café conseguiu levar a bom termo a renegociação do acordo que permite a sustentação dos preços da rubiácea e, no caso do cacau e do açúcar, surgem os primeiros sinais de que grandes países produtores estariam dispostos, finalmente, a coordenar esforços no sentido de controlar o crescimento da produção mundial.

AVICULTURA

DIANTE DA EXPECTATIVA DE PERSISTÊNCIA DA DIFÍCIL SITUAÇÃO DA ECONOMIA, EM 1983, DE ESCASSO CRESCIMENTO NAS EXPORTAÇÕES DO SETOR E DE UMA BOA OFERTA DA CARNE BOVINA NO PRÓXIMO ANO, A AVICULTURA DEVERÁ ENVIDAR SEUS MELHORES ESFORÇOS PARA MANTER SEU MERCADO E GARANTIR A LUCRATIVIDADE DOS PRODUTORES

Ao contrário do que vem ocorrendo com a suinocultura, este ano tem-se caracterizado pela manutenção da tendência baixista no mercado de aves, iniciada em 1980. Tal conjuntura deriva da conjugação de diversos fatores, destacando-se, além da própria recessão que atinge a economia do país, a relação mais forte de dependência que a avicultura tem com a bovinocultura.

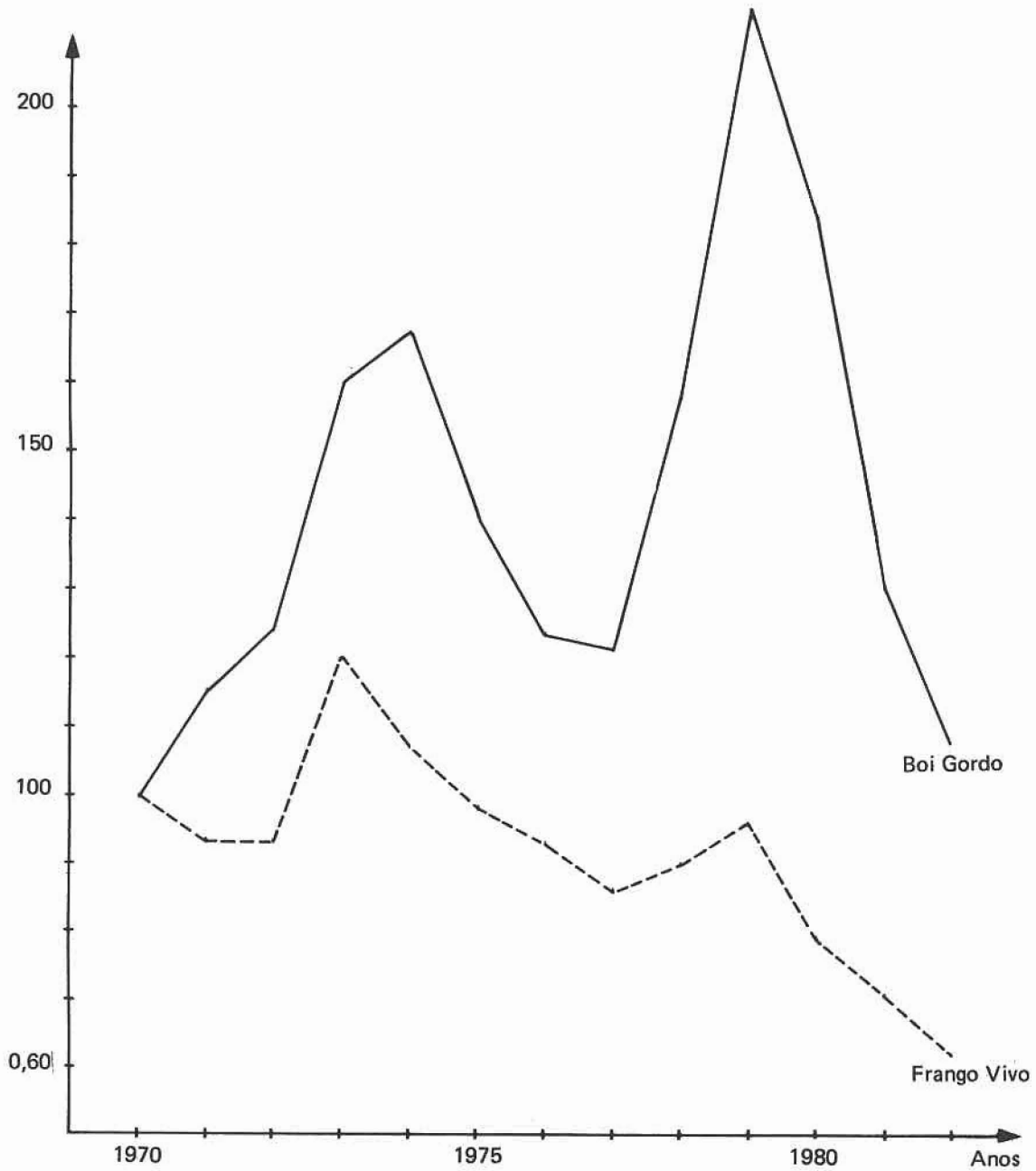
Usualmente, a alterações na trajetória do preço real da arroba do boi gordo correspondem modificações semelhantes no preço da ave viva, independentemente da tendência do preço da ração, praticado no mercado. Assim, como desde 1980 vêm-se observando quedas no preço real recebido pelos pecuaristas, é natural que o preço do frango também se esteja deteriorando, em nível de produtor. O Gráfico 1 ilustra o paralelismo existente entre a tendência destes dois preços. De fato, à exceção dos anos iniciais da década de 70 (quando ainda era incipiente a produção avícola nacional), observa-se que, a partir de 1974/75, a qualquer alteração do preço real da arroba do boi gordo, passou a corresponder uma movimentação semelhante no preço da ave, embora não necessariamente proporcional, devido ao próprio papel secundário que esta carne ainda desempenha na dieta da população.

De acordo com o mesmo Gráfico, pode-se verificar que a média do preço real recebido pelo frango vivo, nos sete primeiros meses deste ano, representou o mais baixo índice desde 1970. O mesmo não ocorre, porém, com o índice de preços reais do boi gordo. Ficam, assim, evidenciados não só a fragilidade da exploração avícola às variações do mercado de carnes como, também, o fato de a resposta deste setor às novas alterações do mercado de carnes ser ainda por demais lenta no Brasil.

Com efeito, a partir de 1980, iniciou-se a reversão da tendência altista dos preços reais do boi gordo, favorecendo a expansão do consumo de carne bovina e acarretando dificuldades à venda de carne de aves. Tratando-se do único setor produtor de carne, no país, que pode adaptar-se rapidamente a qualquer alteração no perfil de consumo, devido ao curto ciclo do animal, a resposta dos criadores de aves a esta sinalização desfavorável do mercado (via readequação da produção) deveria ser imediata. No entanto, o alojamento de pintos de corte, em 1980, foi apenas 7,4% inferior à produ-

GRÁFICO 1

*SÃO PAULO – Evolução dos Índices de Preços Reais da Arroba do Boi Gordo e do Frango Vivo – 1970 a 1982**



FONTE: IEA.
* Jan/Julho.

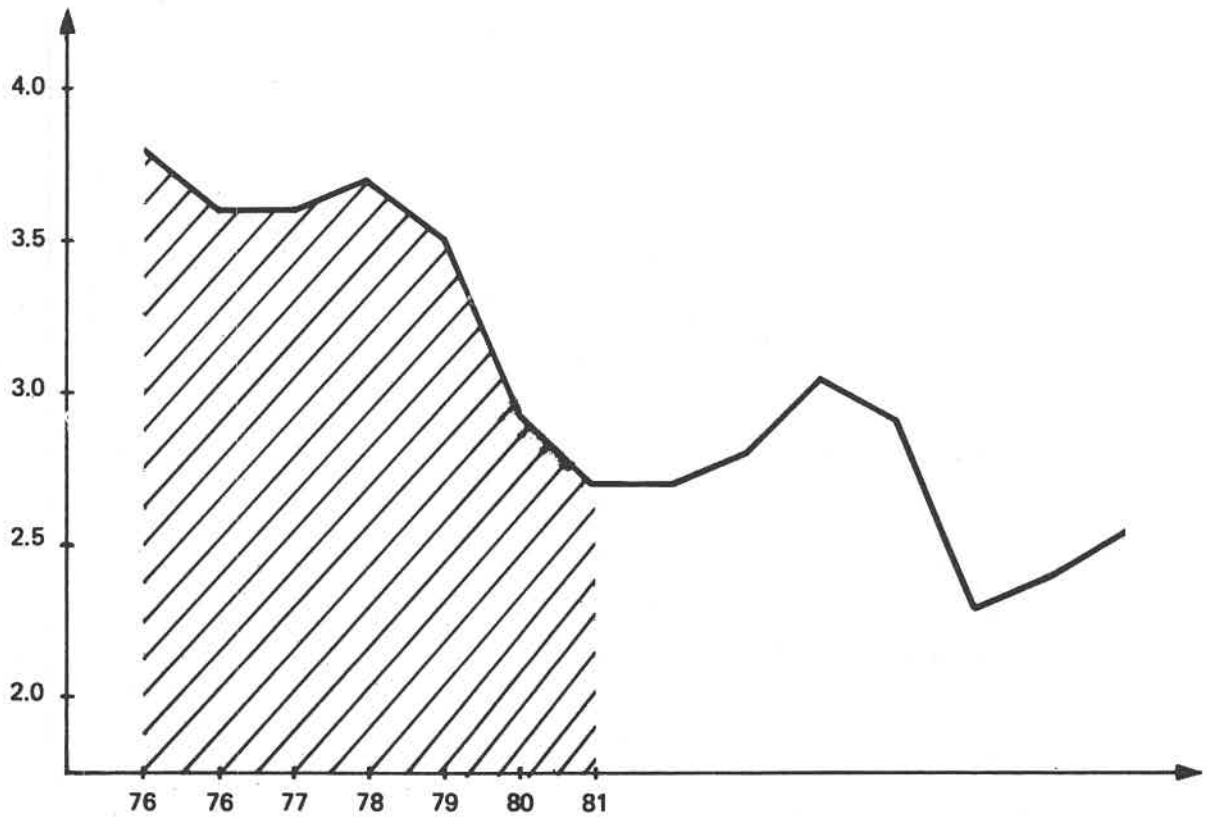
ção projetada pela Associação dos Produtores de Pintos de Corte (APINCO) com base na venda de matrizes. Isto levou a produção brasileira de carne de aves a registrar um aumento sobre o total obtido em 1979, fazendo com que a relação entre a oferta interna de frangos e a de carne bovina aumentasse para 0,57.

A lentidão da resposta dos criadores às novas sinalizações do mercado explica-se não só pela desorganização do setor produtivo de aves como, também, pelo efeito favorável que as exportações de frangos congelados tiveram sobre este mercado, até há pouco. Subentendia-se, simplesmente, que eventuais excessos de produção seriam "enxugados" pelas vendas ao exterior que, desde 1977, evoluíam fortemente.

No ano passado, período em que se deu a maior desvalorização real do preço do boi gordo, a produção potencial de frangos sofreu um novo ajuste negativo que, desta feita, foi 23,7% menor do que a quantidade que poderia ser obtida com a venda de matrizes ao longo do ano. Isto, no entanto, não foi suficiente para impedir a avicultura de registrar um novo recorde de produção e, também, uma nova queda do preço relativo frango/ração, conforme aponta a tendência observada no estado de São Paulo (ver Gráfico 2). O preço real pago ao produtor paulista de frangos foi, no ano passado, o mais baixo desde 1970, ao mesmo tempo em que já começavam a surgir os primeiros sinais de saturação do mercado externo de frangos congelados, com o preço médio caindo para US$ 1.210,00/t (FOB),

GRÁFICO 2

SÃO PAULO – Preço Relativo Frango/Ração – Médias Anuais 1975 a 1981 – Médias Mensais 1982 (Jan/Ago)



FONTE: IEA.

2% abaixo da cotação média do ano anterior. Essa saturação do mercado deveu-se ao acirramento da competição internacional, principalmente da França e dos EUA, tendo, em conseqüência, a exportação brasileira registrado um crescimento menor (74%) do que o verificado em 1980 (108%).

Durante os oito primeiros meses deste ano, à medida em que se mantinha o descenso dos preços reais do boi gordo, o preço da ave viva continuou a se desvalorizar (ver Gráfico 1). Desta vez, no entanto, a crise dos dois últimos anos tornou essencial, como forma de sobrevivência, a organização daqueles que permaneceram na atividade e os conscientizou quanto à necessidade de um crescimento mais moderado da produção de frangos, este ano.

A menor oferta de frangos, aliada à produção recorde de milho da safra 1981/82, possibilitou que o preço relativo médio frango/ração, de janeiro a agosto deste ano, apresentasse um valor levemente superior ao de igual período do ano passado. Menos pressionado pelo custo da alimentação dos animais, o avicultor pôde fazer chegar aos balcões varejistas uma carne mais acessível ao poder de compra do salário mínimo, pois, durante os oito primeiros meses deste ano, a relação entre o salário mínimo e o preço do frango limpo, em São Paulo, passou, dos 61,9 kg e 68,5 kg verificados, respectivamente, durante o mesmo período de 1980 e 1981, para 69,5 kg. Cumpre notar que o processo foi inverso no tocante à carne bovina, passando este indicador dos 39 kg verificados no ano passado, para 38,2 kg este ano.

Enquanto luta para manter a parcela recém-conquistada do mercado consumidor interno, ameaçada conjunturalmente pela maior concorrência da carne bovina, o setor avícola brasileiro ainda enfrenta dificuldades pelo lado das exportações, não só devido à recessão que atinge praticamente todos os países como, também, pelo acirramento da concorrência internacional. Os números do comércio mundial de aves em geral, divulgados pelo Departamento de Agricultura dos EUA no início do ano, davam bem a medida da forte concorrência que predominaria no mercado, em 1982, ao apontar que as exportações mundiais cresceriam 15,6%, com especial destaque para o Brasil (36,1%) e França (19,1%). É oportuno lembrar que essa previsão frustrou-se inteiramente e, no momento, os exportadores brasileiros declaram-se satisfeitos se conseguirem igualar o total vendido em 1981 (quase 300 mil t), descartando a meta anteriormente projetada de 400 mil t de frangos.

A concorrência entre os produtos brasileiro e francês no Oriente Médio torna-se cada vez mais pesada, pois, além de, paulatinamente, vir-se esgotando a capacidade de absorção de frangos por parte dos países daquela região, a queda do preço real do petróleo tem contribuído para aumentar sua resistência a elevações dos preços dos produtos importados. Desta forma, embora o Brasil tenha vendido, de janeiro a agosto deste ano, um volume de frangos congelados 5,9% superior ao do ano passado, o preço médio por tonelada foi 18,1% inferior.

Paralelamente, os fortes subsídios à exportação de aves, vigentes na CEE (ver Quadro 1), tornam extremamente difícil a colocação do produto brasileiro no mercado externo. A informação de que

QUADRO 1

COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA: Subsídios à Exportação de Aves, Efetivos a Partir de 01/05/82 e Válidos para Qualquer País, à Exceção dos EUA — Valores em ECU/100 kg*

Produto	Subsídio em ECU	Subsídio em US$
Aves Inteiras		
Galinhas e frangos	18,00	18,59
Patos	18,00	18,59
Perus	13,00	13,43
Cortes (c/osso)		
Metades ou a quarta parte		
de galinhas e frangos	20,00	20,66
de patos	19,00	19,63
de perus	15,00	15,50
Asas inteiras	15,00	15,50
Peitos e cortes de peitos		
de perus	21,00	21,69
de outras aves	27,00	27,89
Coxas e cortes de coxas de perus		
pernas e cortes de pernas	10,00	10,83
outras	18,00	18,59
de outras aves	25,00	25,83

FONTE: Centro Francês do Comércio Exterior.
* ECU = European Community Unit.
Obs.: 1 ECU = US$ 1,033 em 03/02/82.

estes subsídios foram recentemente ampliados aumenta as dúvidas quanto ao futuro das exportações brasileiras de frangos. Está claro que ou se continua a investida sobre o mercado do Oriente Médio (com a adesão à guerra dos subsídios) ou se parte para a abertura de novas frentes que apresentem algum potencial de comércio. A primeira hipótese não parece factível, na medida em que as propostas governamentais para 1983 apontam um "apertar de cintos" que sugere, antes de tudo, a redução dos subsídios, a despeito da necessidade de um superávit na balança comercial. Paralelamente, é sabido que a determinação de conceder novo subsídio às vendas externas brasileiras de frangos congelados fatalmente será bombardeada pelos EUA e pela CEE, com a contrapartida de sanções econômicas.

A segunda hipótese, por sua vez, parece ainda mais remota porque, à exceção da África(*), não parece haver outras áreas prontas para estabelecer este tipo de comércio. A Europa e os EUA se auto-abastecem de carne de aves, além de suprirem a Ásia. A América do Sul (excluindo-se o Brasil), por sua vez, produz, consome e importa menos de 3% do total mundial. Por outro lado, as dificuldades econômico-financeiras que vêm atravessando também os países africanos não parecem favorecer a perspectiva de consecução de acordos comerciais específicos. Restaria, apenas, a opção de incrementar as vendas à URSS (25% das exportações brasileiras de frangos no primeiro semestre deste ano). No entanto, também este país não parece ser uma opção de longo prazo, em função das acentuadas variações em sua produção de grãos, que determinam modificações bruscas nas compras soviéticas de carnes, no mercado mundial.

A produção brasileira, este ano, caso a oferta de pintos de corte continue a manter um ritmo semelhante àquele verificado de janeiro a agosto deste ano, alcançará cerca de 1,5 milhão de t de carne de frangos, ou pouco mais de 1,56 milhão de t de carne de aves. A disponibilidade para o consumo interno ficará em cerca de 1,26 milhão de t (5,8% acima da oferta de 1981), significando um consumo per capita de 10,3 kg, superior aos 9,8 kg observados em 1981.

Até o final de 1982, nada indica que o preço da ave viva aumente em termos reais, muito embora, sazonalmente, cresça a demanda por esta carne durante os últimos meses do ano. De um lado, a atipicidade da entressafra do boi gordo, este ano, implicou uma maior oferta desta carne, e de outro, o poder de compra real da população continuará baixo, a despeito do reajuste semestral do salário mínimo, em novembro.

Deve-se registrar, porém, que, desde maio, a produção de pintos de corte vem crescendo em ritmo menor e, em agosto, chegou a ser 2,9% inferior à do mesmo mês de 1981. A menor oferta de pintos, por implicar menor produção futura de frangos, evidencia a conscientização dos produtores quanto à necessidade de se frear o crescimento da produção este ano, mas ainda não está claro até que ponto poderá dar-se esta desaceleração. Além disso, o aumento dos preços do frango no varejo, em época de boa oferta de carne bovina, envolve o risco de perda do mercado consumidor, arduamente conquistado pelos avicultores.

O esperado acirramento da recessão econômica em 1983 deverá dificultar os aumentos reais dos preços dos alimentos. Paralelamente, tendo em vista que o maior abate de matrizes bovinas deu-se a partir deste ano, a oferta de boi gordo só deverá ser afetada a partir de 1984/85, o que torna possível um abastecimento ainda folgado no próximo ano. Desta forma, a avicultura terá que jogar com seus maiores trunfos, que são sua eficiência e o curto ciclo da ave, para buscar não só manter sua parcela do mercado consumidor como, também, evitar uma deterioração da lucratividade dos produtores.

Pelo lado dos insumos, como se espera uma razoável safra de milho na temporada 1982/83, a perspectiva para o próximo ano não parece ser das mais desalentadoras, podendo repetir a situação deste ano.

Será necessário, contudo, que os avicultores atentem para algumas dificuldades, em 1983, pois a oferta de carne bovina deverá continuar satisfatória, o poder de compra da população continuará pressionado pela alta do custo de vida e as exportações de frangos congelados deverão experimentar um crescimento muito moderado. O aumento da produção de carne de aves no próximo ano deverá ser, obrigatoriamente, balizado por estes três fatores, de modo a buscar-se uma coadunação do seu volume ao perfil do mercado de carnes, interno e internacional.

(*) Exclui-se o Egito, que já é um tradicional parceiro comercial nas vendas de frangos brasileiros.

CACAU

O MERCADO INTERNACIONAL DO CACAU PARECE ESTAR NO LIMIAR DE UMA NOVA FASE, EM QUE A OFERTA DO PRODUTO SE SITUARIA ABAIXO DO CONSUMO. NO ENTANTO, AINDA SERÁ SENTIDA A INFLUÊNCIA BAIXISTA PROVOCADA PELO GRANDE EXCEDENTE HOJE EXISTENTE.

Durante os primeiros dez meses de 1982, a tendência baixista que vigora há vários anos no mercado externo persistiu implacável. Pouca valia tiveram a vigência do Acordo Internacional do Cacau, que objetiva sustentar as cotações acima do nível mínimo de US$ 1,10/lb, ou as sucessivas reuniões dos países membros da Organização Internacional do Cacau (ICCO). Todos os instrumentos mobilizados pelos países produtores foram insuficientes para filtrar, satisfatoriamente, os efeitos baixistas derivados da desproporção entre o crescimento da produção e do consumo, registrada nos últimos anos.

Em conseqüência, o desempenho das exportações brasileiras, mais uma vez, vem sendo insatisfatório (ver Quadro 1). Segundo informações da Cacex, no período entre janeiro e agosto de 1982, o país exportou 211 mil t de cacau (amêndoas e derivados calculados em termos de amêndoas). Esta quantidade é 18% superior à que foi embarcada durante o período correspondente a 1981, mas o aumento do volume vendido foi insuficiente para compensar a redução do preço médio, pois a receita cambial no período declinou 20%, em comparação com o faturamento correspondente de 1981. Até agosto de 1982, o Brasil recebeu US$ 290 milhões por suas vendas externas de cacau; em 1981, considerando o mesmo prazo, a receita cambial atingiu cerca de US$ 364 milhões.

Estes números, no entanto, espelham apenas parcialmente os prejuízos que vêm sendo absorvidos pelos países produtores, em razão da continuidade da tendência baixista. A receita cambial brasileira vem declinando, ano após ano, desde 1979, quando atingiu o nível recorde de US$ 953 milhões. O montante de divisas correspondente às exportações realizadas até agosto de 1982 é 51% menor do que a receita nominal obtida no mesmo período, em 1979, quando foram vendidas 177 mil t de cacau (menos 19% do que em 1982).

A **performance** das exportações, até agosto, torna remota a possibilidade do país obter, em 1982, uma receita cambial semelhante à que foi arrecadada no ano passado (US$ 613 milhões). Mesmo supondo que o preço médio das exportações

dos quatro meses restantes eleve-se para, digamos, US$ 1.500/t, seria preciso que fossem vendidas, no período, 215 mil t, o que representaria um aumento de mais de 100% do volume médio embarcado a cada mês.

A situação do mercado internacional, do ponto de vista dos países exportadores, é particularmente singular: o valor médio das vendas declina desde 1977 e a quantidade exportada pelo Brasil, por exemplo, aumenta ano após ano. Mesmo assim, diversos países dão continuidade e, alguns outros, iniciam programas de expansão da lavoura cacaueira. O Brasil mantém em vigor o Procacau, programa de plantio e renovação de cacauais, que objetivava transformar o país no maior produtor mundial, no início da próxima década. Recentemente, a Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) anunciou um corte de 135 mil ha em relação à meta final de plantio do programa. A medida, sem dúvida, é louvável. No entanto, é preciso compreender, ainda que tardiamente, que o Procacau, desde seu início, estava superdimensionado e que é tempo dos países produtores buscarem estabelecer metas conjuntas de redução da oferta internacional. Devem, principalmente, buscar a contenção do crescimento da produção e, não apenas, efetuar cortes, acertados mas insuficientes, nas metas de planos excessivamente ambiciosos.

No entanto, a ICCO, que seria a coordenadora natural deste esforço conjunto, não parece reunir força política suficiente para influenciar os rumos do mercado. Questões muito mais simples permanecem pendentes, por vários meses, enquanto as reuniões se sucedem. O último encontro dos países membros, realizado em Londres no mês de setembro, tinha como objetivo principal estabelecer um plano de utilização do empréstimo de US$ 75 milhões que, já há alguns meses, foi obtido pela ICCO junto a um consórcio de bancos brasileiros. No entanto, como parece ter-se tornado uma infeliz rotina, nada de prático foi decidido. Os recursos, que deveriam permitir a reativação das operações de compra do estoque regulador da ICCO, permanecem inaproveitados, transformando em letra morta as normas estabelecidas pelo Acordo Internacional.

Os países produtores apresentaram a mesma proposta de aplicação do empréstimo que havia sido discutida, também inconclusivamente, na reunião de julho. Segundo esta proposição, o estoque regulador compraria um total de 150 mil t de cacau aos países filiados à ICCO, valendo-se de um esquema de pagamento parcelado. Até 31 de março de 1983, seriam adquiridas 60 mil t e, posteriormente, outras 90 mil t seriam também absorvidas pelo estoque regulador. Na primeira fase de intervenção, as compras seriam efetuadas mediante um depósito inicial de US$ 0,20/lb, o que corresponde a cerca de 30% do preço atual de mercado. A liquidação do valor restante realizar-se-ia somente quando as condições de mercado melhorassem a ponto de

QUADRO 1

BRASIL — Exportações de Cacau e Derivados — 1982 e 1981
Valores Acumulados no Período de Janeiro a Agosto

	1982			1981			1982/81		
	Quantidade (t)	Valor US$ 1.000,00	Preço Médio US$/t	Quantidade (t)	Valor US$ 1.000,00	Preço Médio US$/t	Quantidade Δ%	Valor Δ%	Preço Médio Δ%
Amêndoas	90.277	142.407	1.577,45	75.879	144.307	1.901,80	18,97	-1,32	-17,05
Manteiga	19.264	79.773	4.141,04	16.179	83.100	5.136,29	19,07	-4,00	-19,38
Liquor	55.248	60.375	1.092,80	48.181	128.016	2.656,98	14,67	-52,84	-58,87
Em massa	16.220	7.726	476,33	15.529	8.787	565,85	4,45	-12,07	-15,82
Total(1)	210.541	290.281	1.378,74	179.109	364.220	2.033,51	17,55	-20,30	-32,20

(1) Quantidade total convertida para equivalente em termos de amêndoas.
FONTE: Cacex.

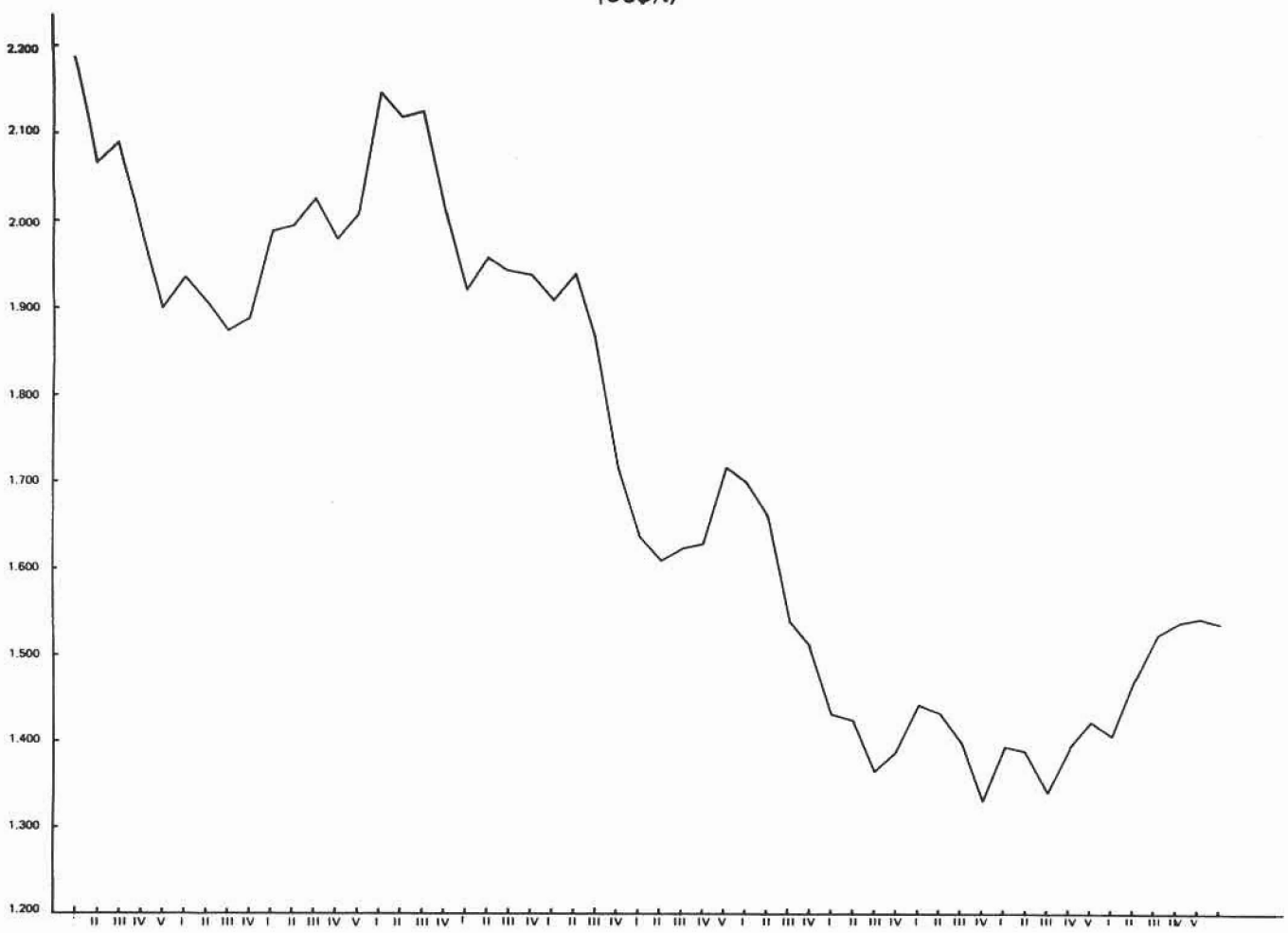
permitirem ao gerente do estoque realizar operações líquidas de vendas. Até lá, a dívida do estoque junto aos cacauicultores dos diversos países seria coberta por financiamentos a serem concedidos pelos governos dos respectivos países exportadores.

É evidente que esta proposta, caso fosse aprovada, desencadearia um processo de recuperação das cotações internacionais. Além dos efeitos altistas decorrentes da retirada imediada de 60 mil t de cacau do mercado e da expectativa de que, em futuro próximo, outras 90 mil t também seriam suprimidas, o reinício das operações do estoque regulador encorajaria a implementação de uma série de medidas suplementares de sustentação de preços nos diversos países produtores. No entanto, esta perspectiva não foi suficiente para superar os entraves advindos da precária unidade entre os membros exportadores e da oposição sistemática movida por alguns países consumidores.

Portanto, persistirá, ao menos por mais alguns meses, a incapacidade da ICCO em interferir positivamente no processo de formação dos preços externos, de forma a reconduzí-los ao nível mínimo estabelecido pelo Acordo Internacional. Aliás, esta incapacidade tem evidenciado a ineficácia de um pacto entre consumidores e produtores

GRÁFICO 1

CACAU – Preços Médios Semanais do 1º Futuro – Nova Iorque
(US$/t)



FONTE: Unicom.

que não dispõe de um sistema de quotas de exportação ou de outro mecanismo de controle da oferta internacional. Na verdade, esta questão deveria ser enfrentada prioritariamente pelos países membros da ICCO, a despeito das enormes dificuldades que precisariam ser contornadas.

Apesar dos problemas não superados ao nível da ICCO, o mercado registrou uma pequena melhora nas últimas semanas (ver Gráfico 1). O ligeiro aumento das cotações resultou, basicamente, da ocorrência simultânea de dois fatores altistas: a redução da taxa internacional de juros e a generalização da expectativa de que a próxima colheita (1982/83) venha a sofrer alguns prejuízos.

O primeiro fator deflagrou um processo generalizado, embora estanque e moderado, de elevação dos preços de quase todos os produtos agrícolas comercializados internacionalmente. Este fenômeno ocorreu porque a queda da taxa de juros provocou uma redução proporcional no custo financeiro da manutenção de estoques, o que resultou, no curto prazo, em uma retração da oferta, acompanhada por um aumento da demanda internacional. O menor custo da estocagem encorajou melhores condições de comercialização. Por seu turno, os industriais foram induzidos a elevar o estoque médio das empresas, precavendo-se contra a possibilidade, então presente, de um aumento das cotações em futuro próximo. Além disso, a queda da taxa de juros, ao reduzir a remuneração das aplicações de renda fixa, provocou um maior afluxo de especuladores às bolsas de mercadorias, contribuindo para melhorar a liquidez destes mercados.

No entanto, o impulso altista, derivado das novas condições do mercado financeiro, parece ter-se esgotado, quando os comerciantes de matérias-primas perceberam que a taxa de juros não iria, imediatamente, declinar até níveis que indicassem a iminência da retomada do processo de crescimento econômico das principais economias ocidentais. No caso específico do mercado de cacau, este movimento de elevação das cotações foi minimizado, em razão da existência de estoques elevados e da debilidade econômica da maioria dos países produtores, a qual os obriga a comercializarem a maior quantidade possível de cacau, quase que independentemente das variações dos preços externos.

O segundo fator mencionado poderá, na verdade, vir a se constituir no principal suporte para as cotações, durante os próximos meses. Algumas corretoras internacionais de cacau divulgaram, em agosto e setembro, informações, consideradas pessimistas, relacionadas com a colheita da estação 1981/82 e com o desenvolvimento da safra 1982/83, no Brasil e na África. Segundo estas empresas, as condições climáticas, em 1982, alternaram a ocorrência de períodos de secas (principalmente na África), de chuvas muito fortes e de temperaturas médias inferiores aos níveis normais. Todos estes fatores desfavoráveis a um bom desenvolvimento da safra provocaram danos na colheita do temporão brasileiro de 1981/82 e estão ameaçando os resultados da próxima estação, em alguns países africanos (Gana e Costa do Marfim, principalmente) e no Brasil. Em relação à Costa do Marfim, as estatísticas disponíveis indicam que o ritmo de crescimento da produção, mantido nos últimos anos, estaria próximo de se esgotar. Além disso, os boletins das empresas **Gill and Duffus** e **Inter-Commodities** afirmam que, no Brasil principalmente, a queda do preço real recebido pelos produtores vem desestimulando o uso de insumos modernos e que, em 1982/83, este fato deverá provocar algumas perdas em termos de rendimento físico, agravando os prejuízos advindos das condições climáticas desfavoráveis.

Na verdade, os preços internos insatisfatórios do cacau (ver Gráfico 2), vêm obrigando o produtor brasileiro a negligenciar os tratos culturais de sua lavoura, há pelo menos dois ou três anos. No entanto, só agora as perdas ameaçam tornar-se perceptíveis, a partir da análise dos dados globais de produção. Isto aconteceu, porque a redução da produtividade nas áreas tradicionais, decorrentes daquela prática, era mascarada pela entrada de cacauais novos em sua fase produtiva.

Segundo as estimativas da **Drexel Burnham Lambert**, a produção brasileira de 1981/82 declinará cerca de 35 mil t, em comparação com a colheita do período anterior (ver Quadro 2). Quanto à produção prevista para 1982/83, a corretora avalia que o Brasil colherá 320 mil t, ou seja, o volume previsto da safra é idêntico ao estimado para 1981/82. Isto significa que o prognóstico de perdas para a próxima estação, segundo avaliam os técni-

QUADRO 2

PAÍSES SELECIONADOS – Estimativa da Produção de Cacau – 1.000 t

	1980/81	1981/82	1982/83
Gana	258	230	200
Nigéria	155	175	170
Costa do Marfim	412	465	460
Camarões	118	120	120
Brasil (total)	355	320	320
– Temporão	174	185	–
– Principal	180	135	–
Malásia	42	55	55
Equador	84	80	80
Resto do Mundo	246	265	275
Total	1.670	1.710	1.680

FONTE: Drexel Burnham Lambert – Cocoa Quarterly Report.

QUADRO 3

CACAU – Evolução da Produção, do Consumo e dos Estoques Mundiais 1972/73 a 1981/82 (1.000 t)

	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
Estoque inicial	621	402	323	416	385	271	361	384	495	594
Produção	1.383	1.434	1.532	1.495	1.326	1.487	1.466	1.597	1.656	1.678
Consumo	1.602	1.513	1.439	1.526	1.440	1.397	1.443	1.486	1.557	1.584
Estoque final	402	323	416	385	271	361	384	495	594	688
Estoque final/ consumo do ano seguinte	27	22	27	27	19	25	26	32	38	43

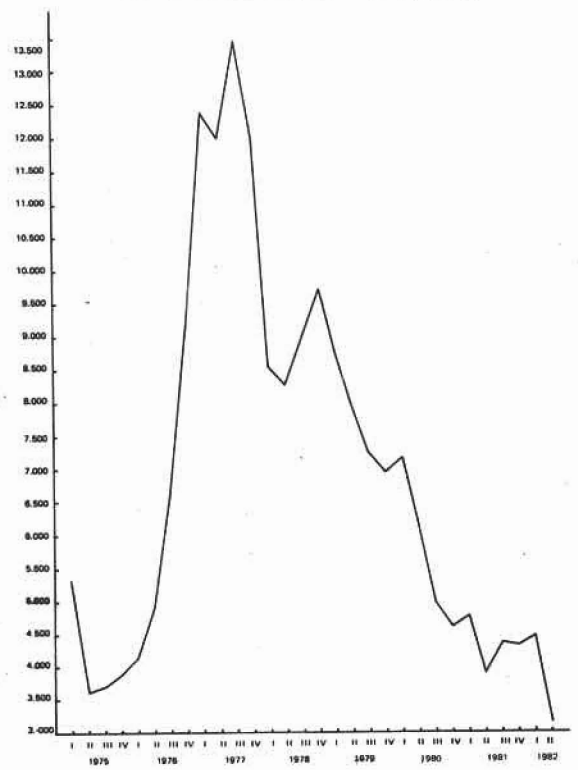
NOTA: Moagens do período 1982/83 estimadas em 1,589 milhão de t.
FONTE: Gill and Duffus – Cocoa Market Report.

cos da empresa, é suficiente para anular, por completo, o crescimento da quantidade colhida que, normalmente, decorreria da entrada em produção de cacauais novos.

A expectativa menos otimista quanto aos resultados da próxima safra mundial e à redução sofrida pela taxa internacional de juros têm sido apontadas, por alguns analistas, como sintomas da proximidade de um novo ciclo de preços externos do cacau. Segundo estes observadores, caso a taxa de juros mantenha-se nos níveis atuais, ou apresente novas quedas, a demanda mundial evoluirá em ritmo superior ao que é hoje esperado pelo mercado. A produção, por outro lado, tenderia a estagnar. Isto porque as cotações internacionais, em queda acentuada nos últimos seis anos, teriam comprimido de tal forma o nível médio da rentabilidade da exploração cacaueira, que já estaria inviabilizada a realização das despesas necessárias aos tratos culturais razoáveis às lavouras, na maioria dos países produtores. Em conseqüência, o mercado internacional do produto estaria no limiar de uma nova fase, na qual a quantidade produzida tenderia a declinar, situando-se, sistematicamente, em nível inferior ao do consumo total durante alguns anos.

GRÁFICO 2

CACAU — Preços Recebidos pelos Produtores Baianos — Valores Reais Set/82 — Cr$/15 kg



FONTE: CEA/FGV.

É preciso lembrar, no entanto, que as quebras de produção previstas para o Brasil e para a África, no próximo ano, em nível mundial terão apenas o efeito de reduzir o excedente colhido para 20 ou 30 mil t, contra 94 mil, em 1981/82. Este superávit será o menor desde 1978/79, mas, ainda assim, implicará na elevação do estoque total pelo sexto ano consecutivo. Segundo as estimativas da **Gill and Duffus** (ver Quadro 3) o estoque final de 1982/83 será algo em torno de 700 mil t, o que representa cerca de 44% do total de moagens previsto para 1982.

É bem verdade, por outro lado, que a estimativa do estoque mundial inclui quantidades ponderáveis que não se encontram disponíveis para consumo imediato. É o caso, por exemplo, das 100 mil t em poder do estoque regulador da ICCO, que só voltarão ao mercado em futuro remoto. Daquele total, deve-se subtrair, ainda, cerca de 40 a 50 mil t que, provavelmente, serão compradas pelo gerente do estoque durante os próximos meses. Além destas quantidades conhecidas ou previsíveis, a estimativa do excedente acumulado de **Gill and Duffus** inclui, muito provavelmente, várias toneladas de cacau que foram perdidas em razão das condições de armazenagem e de transporte. Tais condições com freqüência, apresentam deficiências sérias, principalmente na África. Inclui também, cacau cuja qualidade deteriorada impediria seu aproveitamento industrial.

Feitas as deduções necessárias, é forçoso reconhecer que o excedente acumulado, ao longo dos últimos anos, é ainda de dimensões consideráveis e que não são desprezíveis as pressões baixistas decorrentes de sua existência. Daí, reafirmar-se a necessidade de um entendimento mais produtivo no âmbito da ICCO ou, pelo menos, no conjunto dos países produtores, a fim de que se acelere o processo de reversão da tendência dos preços externos, cujo início, possivelmente, não está tão distante.

CAFÉ

ENQUANTO A MAIOR PARTE DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS PASSOU POR UM ANO DIFÍCIL, COM COTAÇÕES DEPRIMIDAS, O CAFÉ ESTEVE QUASE IMUNE, GOZANDO DE UMA ESTABILIDADE INUSITADA. ESTA SITUAÇÃO PRIVILEGIADA DERIVA DA POLÍTICA DA OIC, POIS O ACORDO INTERNACIONAL DO PRODUTO LOGROU BONS RESULTADOS. DIVERSOS FATORES, PORÉM, PODERÃO ALTERAR ESTA ESTABILIDADE.

Os países membros da Organização Internacional do Café (OIC), reunidos em Londres durante boa parte do mês de setembro passado, consumiram várias semanas em debates e negociações de bastidores, até que fossem aparadas várias arestas, tornando possível a constituição de um novo Acordo Internacional do Café (AIC). O pacto, favorável, sem dúvida, aos produtores, terá validade pelos próximos seis anos, embora suas cláusulas mais importantes careçam de renegociação a prazos menores. A participação de cada país na quota global de exportação, por exemplo, será rediscutida em 1984 e o próprio montante da quota global será reavaliado anualmente.

A assinatura do AIC constituiu-se em um fato político de inegável importância dentro do presente contexto recessivo da economia mundial. Permitirá que a OIC continue exercendo plenamente suas funções reguladoras das transações internacionais do café. Este fato deverá possibilitar a manutenção, ao menos por mais dois ou três trimestres, de condições de comercialização relativamente favoráveis aos países produtores, garantindo a prática de preços internacionais mais estáveis e remuneradores para o café, do que para a maioria das "commodities" agrícolas.

Durante o último período de comercialização agrícola (outubro de 1981 a setembro de 1982) foram evidentes os efeitos da vigência eficiente do AIC, medidos em termos de sustentação dos preços do café. Grande parte das "commodities", mesmo aquelas cujas cotações estavam teoricamente protegidas pela vigência de acordos internacionais (cacau e açúcar, por exemplo), teve suas cotações percorrendo prolongada trajetória baixista. Enquanto isso, como que imune aos efeitos da crise econômica, o café desfrutava de uma estabilidade ímpar.

A queda das cotações dos produtos primários vem-se constituindo em um mecanismo de transferência de renda entre as economias avançadas e subdesenvolvidas, agindo, evidentemente, em favor das primeiras. No entanto, a perversidade maior de tal mecanismo reside no fato de que a manutenção da taxa de juros em patamar elevado e a perspectiva de crescimento econômico reduzido ou, mesmo, negativo, nos principais países do Ocidente, provocou uma retração da deman-

da internacional e, ao mesmo tempo, um aumento da quantidade ofertada de produtos primários. A perspectiva de que o consumo evoluiria lentamente determinou uma diminuição no estoque médio de matérias-primas (ou produtos finais) das indústrias e, portanto, um decréscimo nas importações.

A taxa de juros elevada restringiu, ainda mais, o nível médio dos estoques industriais, pois o custo financeiro da manutenção dos estoques é diretamente proporcional ao valor da taxa de juros de mercado. Assim, os países produtores foram prejudicados duplamente: a retração da demanda provocou uma queda absoluta da quantidade importada; ao mesmo tempo, o custo de manutenção dos estoques, agora majorado pela alta taxa de juros, foi transferido, quase que completamente, para os países produtores, pois os consumidores compravam apenas o necessário ao processamento industrial de curto prazo.

No entanto, as dificuldades não pararam neste ponto. A remuneração elevada das aplicações financeiras, frente à perspectiva de preços cadentes dos produtos primários, induziu os produtores a se livrarem rapidamente de seus estoques. É mais negócio vender hoje, mesmo absorvendo prejuízos, e obter uma rentabilidade satisfatória na aquisição de títulos, do que vender no futuro a um preço possivelmente menor. Os países exportadores, por sua vez, ratificavam este comportamento. Ao verem os preços do conjunto dos produtos primários declinarem continuadamente, pouco tinham a fazer, senão incentivar o crescimento quantitativo das vendas, como forma de minimizar a queda de suas receitas cambiais. Com este movimento, estes países, ainda que involuntariamente, contribuíram para aprofundar a tendência baixista. A demanda internacional havia declinado e a reação dos produtores provocava um aumento da oferta de curto e médio prazos dos produtos primários.

Frente a este quadro, como foi possível que as cotações do café se mantivessem relativamente estáveis?

A resposta, por certo, não é encontrada na análise do balanço anual estatístico do produto (ver Quadro 1). Observe-se que a relação entre a disponibilidade total de café e o nível esperado do consumo mundial, em termos absolutos, também se mostrou favorável aos consumidores nas três últimas estações. É bem verdade que a colheita brasileira de 1982 foi reduzida em cerca de 10 milhões de sacas de 60 kg, por efeito das geadas que atingiram os três principais estados produtores, durante o inverno de 1981. No entanto, em nível mundial, a quebra da safra do Brasil não comprometeu a perspectiva futura de um suprimento folgado. Fez apenas com que o estoque final, que em 1981/82 era de 544,7 milhões de sacas, fosse reduzido para 42,6 milhões ao término da estação seguinte, ou seja, o estoque remanescente de 1980/81 que, sozinho, supriria 71% das exportações havidas no período, na estação seguinte seria suficiente para atender 67% da quantidade demandada pelos países importadores. (ver Quadro 1).

Teimosamente, porém, os preços do café mantiveram uma relativa firmeza durante o último ano comercial, mesmo frente a estes fundamentos poderosamente baixistas. Parece provável, portanto, que os fatores que conseguiram filtrar a influência negativa do agravamento da crise econômica e, mais ainda, do quadro estatístico desvaforável aos países produtores, devam ser identificados no conjunto dos mecanismos de controle estabelecidos pelo AIC. Vale dizer, na capacidade do AIC em restringir a oferta internacional de curto prazo a níveis razoáveis, a despeito do acúmulo de estoques, ou dos estímulos à aceleração das vendas dos países produtores, decorrente da elevada taxa de juros ou da queda da receita cambial daquelas economias.

Sem dúvida, a vigência do AIC introduziu modificações importantes no processo de formação das cotações internacionais do café. A principal delas parece ter sido a de induzir o importador a valorizar mais os fatores intervenientes de curto prazo na sua decisão de compra, em detrimento dos fundamentos de longo prazo. Do ponto de vista de um industrial do exterior, de pouco adiantaria que o estoque remanescente, no final da estação, fosse, teoricamente, capaz de suprir 60 ou 70% das importações do planeta durante um ano. Muito mais relevante era a certeza de que a oferta de café, no trimestre em curso, não excederia à quota fixada pela OIC, a menos que ocorressem eventuais desvios, através de países importadores não filiados à Organização.

É evidente que existem limites condicionantes à vigência eficiente do Acordo. A sucessão de safras superiores às dimensões reais do mercado

consumidor, por exemplo, será acompanhada por reduções proporcionais dos preços de intervenção ou resultará em um progressivo desgaste das regras do AIC, terminando por destruí-lo. No entanto, os resultados obtidos nas duas últimas estações comprovam, ao contrário do que os países desenvolvidos têm sustentado em diversos fóruns internacionais, que é possível amenizar os efeitos depressivos sobre as economias periféricas, decorrentes da conjugação de um quadro estatístico folgado e de uma conjuntura econômica internacional adversa. O estabelecimento de um acordo de preços, munido de mecanismos de controle inteligentes, não sustentará artificialmente as cotações por um período de tempo prolongado. Poderá, contudo, ser utilizado como instrumento capaz de atenuar os prejuízos dos países produtores durante o período de reajuste.

Politicamente, no entanto, é muito difícil, no atual contexto econômico internacional, estender a outros produtos primários a vigência de acordos eficazes como tem sido o AIC. Este mesmo, a despeito dos benefícios que propiciou ao longo das últimas estações, esteve seriamente ameaçado de desativação. As incertezas quanto à continuidade do pacto e as especulações a respeito das divergências entre os principais países filiados à OIC avolumaram-se de tal forma que provocaram significativas retrações dos preços, durante o período entre julho e setembro de 1982.

A falta de confiança na continuidade do Acordo surgiu, de forma mais contundente, a partir das negociações realizadas em Londres durante o mês de junho passado, que redundaram em completo fracasso. Na oportunidade, não foi possível ao grupo dos exportadores definir, como estava programado, a participação de cada um na quota global a vigorar em 1982/83. Todos os países pretendiam aumentar suas quotas individuais e deu-se um "impasse aritmético". Frente à inconveniência de elevar a quota global, parecia impossível conciliar os interesses das diversas partes. Não bastasse a gravidade das divergências entre os países produtores, os EUA e alguns membros da CEE propuseram a introdução de várias cláusulas novas, as quais, em última análise, provocariam um só resultado: o aumento da participação dos cafés "outros-suaves" na quota global. Persistiam os norte-americanos com a tática, já derrotada em setembro de 1981, de procurar favorecer seus aliados do Caribe às custas da imposição de prejuízos aos demais produtores. Mais grave é que esta tática colocou novamente em risco a própria renovação do Acordo, cuja continuidade interessa também aos EUA.

QUADRO 1

CAFÉ – Distribuição Mundial da Oferta – 1975/76 a 1982/83
(Em 1.000 sacas de 60 kg)

Discriminação	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83
Estoques iniciais	44.733	39.390	25.727	29.545	25.071	25.912	31.977	44.743
Produção	72.938	60.864	70.995	78.972	81.946	85.583	96.359	81.702*
Importação dos países produtores	525	580	601	713	717	699	703	691
Disponibilidade total	118.196	100.837	97.323	109.230	107.734	112.164	129.039	127.136
Consumo interno dos países produtores	18.903	18.126	18.909	19.504	20.010	20.482	21.386	21.185
Exportação	59.903	56.984	48.869	64.655	61.812	59.705	62.910	63.353
Estoque final	39.390	25.727	29.545	25.071	25.912	31.977	44.743	42.598

FONTE: Complete Coffee Coverage.
* Segunda estimativa do USDA.

A partir do fracasso da reunião de julho, os governos dos principais países produtores iniciaram uma série de contatos que resultaram em uma modificação radical da situação de impasse pré-existente. Na assembléia de setembro, os consumidores não mais interferiram nas negociações do grupo exportador e aqueles países produtores que, meses antes, defendiam ardorosamente aumentos inegociáveis em suas quotas de exportação, adotaram uma postura menos rígida. Todos perceberam a tempo, felizmente, que o AIC ainda poderia dar bons frutos.

O resultado final das negociações de Londres é, de fato, favorável aos interesses dos países produtores, beneficiando, principalmente, os maiores exportadores, como o Brasil e a Colômbia. Foi fixada uma quota global de 56 milhões de sacas e uma quota básica (relativa aos países com direito a quotas de exportação) de 52,8 milhões de sacas para o período 1982/83. Ao Brasil, foram atribuídas 16 milhões de sacas (15,3 milhões em 1981/82); ou seja, pouco mais de 30% da quota básica. A Colômbia recebeu 16% daquele total, que equivalem a 8,4 milhões de sacas (8,5 milhões em 1981/82). Os níveis de intervenção, definidos pela média móvel de quinze dias do preço indicativo da OIC-79, foram mantidos inalterados em relação aos do último convênio, bem como a quantidade máxima de sacas (4 milhões) que poderão ser incorporadas ou retiradas do mercado, como forma de reverter eventuais tendências indesejadas.

A quota básica (52,8 milhões de sacas) foi dividida em partes iguais para cada um dos trimestres do ano-convênio. Em cada um dos dois primeiros trimestres, no entanto, ficou acertado que 500 mil sacas ficarão em reserva, reduzindo a quota básica inicial para 12,7 milhões. A reserva do primeiro trimestre (outubro a dezembro) será liberada, caso a média móvel do preço indicativo da OIC-79 seja igual ou superior a US$ 1,275/libra em 15/11/82. A liberação da reserva do segundo trimestre será realizada caso aquele mesmo indicador situe-se em, pelo menos, US$ 1,25/libra em 15/02/83.

A renovação do Acordo praticamente assegura que as metas de exportação de café, em 1982, serão cumpridas. Segundo as autoridades do setor, pretende-se vender de 16,5 a 17 milhões de sacas e arrecadar entre US$ 2 e US$ 2,2 bilhões, durante o ano. No período de janeiro a agosto, segundo o IBC, foram exportadas 10,9 milhões de sacas, que corresponderam a uma receita de US$ 1,350 bilhão. Restaria, portanto, vender mais 6,1 milhões de sacas durante os últimos quatro meses do ano. Se isto for conseguido e se o preço médio obtido entre janeiro e agosto, mantiver-se nos próximos meses, a receita total superará levemente US$ 2,1 bilhões. A venda das 6,1 milhões de sacas restantes também não se deverá constituir em dificuldade maior.

A quantidade exportadá em setembro não foi ainda divulgada. No entanto, segundo fontes do setor, deverá situar-se pouco abaixo de 1,5 milhão de sacas. Supondo correta esta avaliação, bastará cumprir a quota de exportação do último trimestre, para que o total anual das vendas supere levemente 16,5 milhões de sacas. A este total podem-se acrescentar 100 a 200 mil sacas a serem vendidas aos países não filiados à OIC.

Em que pese a eficiência já demonstrada pelo AIC e o acordo satisfatório obtido em Londres, a perspectiva de longo prazo do mercado permanece sombria. Durante boa parte do período 1982/83, as cotações externas certamente gozarão de invejável estabilidade e os países produtores obterão preços relativamente remuneradores. Considerando-se, no entanto, um espaço de tempo um pouco maior, o horizonte do mercado não parece manter-se tão límpido, pois alguns fatores, que hoje já são motivo de preocupação, em futuro próximo poderão alterar sua estabilidade.

A OIC vem conseguindo adequar satisfatoriamente a dimensão da oferta internacional ao tamanho real do mercado consumidor formado pelos países a ela filiados. Esta contenção da oferta em níveis inferiores aos da produção total garante, por um lado, a prática de preços melhores, mas, por outro, acarreta a formação de estoques em mãos dos países produtores, cujos custos de manutenção, recentemente, ameaçaram a própria sobrevivência do Acordo.

Na verdade, a grande disputa diplomática entre os exportadores por parcelas maiores da quota básica da OIC, verificada durante o último trimestre de 1981/82, refletia a real dimensão do custo daqueles estoques. A disputa consistia, verdadeiramente, na discussão a respeito da forma como seria repartido o custo da renovação do AIC entre os países produtores. Vale dizer: que parcela do

estoque total caberia a cada país.

Esta repartição é sempre delicada mas, no caso do café, apresenta dificuldades ainda maiores. Isto porque, historicamente, coube ao Brasil bancar sozinho uma parcela desproporcional do custo de manutenção dos estoques. Como se sabe, a "política do guarda-chuva", praticada pelo Brasil até há poucos anos, tinha, como uma de suas implicações, o acúmulo de excedentes fabulosos no país. Depois da geada de 1975, a parcela do estoque mundial em poder do Brasil reduziu-se bastante, pois o país utilizou-se de suas reservas para compensar, ainda que precariamente, o volume de produção perdido. Com a reativação do Acordo, a "política do guarda-chuva" perdeu a razão de ser e a repartição dos estoques internacionais passou a ser determinada, grosso modo, em proporção inversa ao tamanho da quota individual de cada país (ver Quadro 2).

A situação pré-geada de 1975 havia-se transformado radicalmente. Diversos países que, quase sempre, iniciavam a colheita de uma safra nova com um estoque remanescente da estação anterior em níveis bastante reduzidos, de um momento para o outro viram-se forçados a acumular café cuja colocação, no curto prazo, era impossível. Considerando o nível da taxa de juros dos últimos anos, o custo dessas reservas assumiu, em alguns países, proporções quase que incompatíveis com o tamanho de suas economias (ver Quadro 2). Este fato importante carece de maior reflexão, pois poderá inviabilizar a continuidade do AIC. Do ponto de vista de cada país produtor, é necessário descontar, dos benefícios gerados pela vigência do Acordo, os custos da manutenção do estoque próprio que, nos tempos da política do "guarda-chuva", era muito baixo, já que o Brasil assumia a maior parte desses custos. A continuar o crescimento dos estoques, esta conta poderá apresentar resultados cada vez piores, a ponto de tornar desaconselhável, do ponto de vista econômico do país produtor, a permanência no pacto. Se esta situação ocorrer simultaneamente em um grupo de países que reúna um número considerável de votos no conselho da OIC, o Acordo estará ameaçado.

É possível, ainda, que os países consumidores contribuam para uma indesejável desintegração do Acordo, movidos também por uma reação, indireta

QUADRO 2

CAFÉ — Países Produtores Selecionados — Relação Percentual entre o Estoque Final e a Produção — 1976/77 a 1981/82

Países	Ano Safra	1981/82	1980/81	1979/80	1978/79	1977/78	1976/77
Brasil	Jul/Jun	41	29	38	43	58	82
Colômbia	Out/Set	61	47	31	39	52	49
Costa Rica	Out/Set	39	26	6	6	7	8
Guatemala	Out/Set	26	21	10	3	5	3
Honduras	Out/Set	24	16	7	3	6	11
México	Out/Set	31	24	14	15	22	12
Camarões	Out/Set	77	58	44	43	48	50
Etiópia	Out/Set	35	33	27	29	30	29
Costa do Marfim	Out/Set	76	61	33	15	17	27
Quênia	Out/Set	55	59	37	27	30	27
Zaire	Out/Set	66	57	43	45	46	47
Indonésia	Abr/Mar	38	11	8	8	9	12
Total mundial	—	45	37	31	32	42	41

FONTE: USDA.

neste caso, ao crescimento do estoque mundial. Isto porque já se está tornando oneroso pertencer ao grupo de membros consumidores da Organização Internacional do Café e, mais grave, este custo tende a aumentar, durante o atual ano-convênio. A vigência do pacto e o acúmulo de estoques criaram um mercado consumidor composto pelos países importadores não-membros da OIC que conta, hoje, com condições privilegiadas para a aquisição de café no mercado internacional. Como estas transações estão fora do âmbito de atuação da OIC, alguns países produtores filiados à Organização, necessitando acelerar o ingresso de divisas, oferecem diversas vantagens em termos de preço e de condições de pagamento. Como são vários os produtores na mesma situação, a concorrência vem-se acirrando. Há poucos meses, por exemplo, foram noticiados alguns negócios realizados pela metade do preço então praticado nas vendas para países membros.

O mercado de não-membros vem crescendo rapidamente, nos últimos anos. Sua dimensão absoluta permanece reduzida, pelo menos por enquanto, e, por isso, suas condições de compra mais favoráveis aos consumidores ainda não se constituem em ameaça iminente à continuidade do pacto. Segundo se depreende das estatísticas do USDA, o mercado de não-membros movimentou cerca de 7,4 milhões de sacas, em 1981/82, ou seja, 12% do volume total transacionado internacionalmente. Mesmo assim, a gravidade da questão já é considerável e foi, aliás, demonstrada recentemente pela saída da Hungria e de Israel do grupo de países membros da OIC, o que deverá provocar uma redução de 750 mil sacas na quota global de 1982/83.

Não será, evidentemente, pela saída de consumidores que o AIC sucumbirá. Antes que os principais países importadores solicitem desligamento da Organização, ou que os produtores de maior tradição se disponham a romper o pacto, já terá havido um número tão grande de transgressões às regras básicas do AIC que ele, na prática, não existirá mais.

Esta perspectiva, embora sabidamente remota, poderá, segundo alguns analistas, transformar-se em fato, a médio ou longo prazos. Cabe então indagar se a OIC teria condições de impedir, por suas próprias forças, que o mercado se deteriore a tal ponto. É muito difícil que tenha. Seria preciso que a organização, além de controlar a oferta internacional de café, criasse, ainda, mecanismos capazes de disciplinar a expansão da produção mundial. Estes dois objetivos são, em essência, contraditórios e, daí, a dificuldade maior. O controle efetivo da oferta, ao propiciar preços melhores, estimula o aumento da produção, o que, por sua vez, dificulta progressivamente a execução do primeiro objetivo: o controle da oferta internacional.

Seja como for, este parece ser o desafio que hoje se coloca para a OIC, pois as estimativas de produção e de consumo indicam que o acúmulo de estoques deverá agravar-se ainda mais, em futuro próximo. O período 1982/83 iniciou-se em outubro com um estoque remanescente da estação anterior de 44,7 milhões de sacas de 60 kg (ver Quadro 1). A segunda estimativa do USDA, divulgada em setembro passado, calcula a produção mundial em 81,7 milhões de sacas, e a produção brasileira em 17,75 milhões, com o que o estoque internacional declinará, em outubro de 1983, para 42,6 milhões de sacas. Esta pequena redução do estoque total (2,1 milhões de sacas) é fruto dos danos decorrentes da geada de 1981, que reduziu a produção brasileira de 1982 em cerca de 10 milhões de sacas.

Contudo, ao que parece, a leve interrupção na série de aumentos do estoque internacional será breve também. Na ausência de problemas climáticos de maior gravidade, a produção mundial, em 1983/84, poderá apresentar novo aumento. Ainda não existem estimativas globais, mas a colheita brasileira de 1983 (que será incluída nas estimativas internacionais de 1983/84) é avaliada, por fontes do setor privado, entre 28 e 35 milhões de sacas. As chuvas verificadas durante o atípico inverno de 1982, possibilitaram uma recuperação, em tempo recorde, dos cafezais danificados pela geada do ano passado e propiciaram uma florada, no início de outubro, que garantiria, segundo avaliação de alguns comerciantes santistas, uma produção mínima de 28 a 30 milhões de sacas em 1983.

Por outro lado, as chuvas intensas, coincidindo com o período de colheita, prejudicaram sensivelmente a qualidade da produção de 1982/83, a qual é avaliada pelo IBC em 17,6 milhões de sacas. Ainda segundo fontes do comércio exportador, apenas 1/3 do volume colhido pode ser classificado como de primeira qualidade. Outras 5 ou 6 milhões de sa-

cas seriam compostas por cafés de qualidade média, aceitos com reservas no mercado externo. Assim, a disponibilidade privada de cafés que reúnem condições para serem exportados atingiria entre 10 e 12 milhões de sacas, sem contar o volume remanescente da estação anterior. Se estas avaliações se mostrarem corretas, o IBC será forçado a se desfazer de uma quantidade significativa de seus estoques, para que o país atenda a seus compromissos com a exportação, até meados de 1983.

Ainda que não se leve em consideração os aspectos relativos às condições qualitativas da safra, a observação do próprio balanço estatístico do produto já indica como provável a necessidade de mobilização de parte do estoque oficial, durante o primeiro semestre de 1983.

O Quadro 3 apresenta duas hipóteses alternativas a respeito da disponibilidade interna de café e de sua utilização. Estas hipóteses se diferenciam, basicamente, pelo emprego de estimativas distintas para a produção de 1981/82 e de 1982/83. Na hipótese 1 (aperto de oferta) foram empregados os limites inferiores das estimativas de produção correntes no setor privado; na hipótese 2 (folga de oferta) ao contrário, trabalha-se com os limites superiores daquelas estimativas. Pela primeira hipótese, seria necessário que o IBC se desfizesse do exagerado volume de 4 milhões de sacas, durante os primeiros seis meses de 1983. Segundo a alternativa 2, esta necessidade, aritmeticamente, não ocorreria. No entanto, em 1º/7/83, quando a safra 1983/84 se torna teoricamente disponível, o excedente de produção em mãos do setor privado seria de apenas 1,5 milhão de sacas.

Parece lícito concluir, por qualquer das duas hipóteses listadas no Quadro 3, que, muito provavelmente, parte do estoque oficial será requisitado até junho do próximo ano. Esta afirmação, ao que se comenta, não surpreende a ninguém, pois o próprio IBC já estaria estudando maneiras de comercializar parte de suas reservas e, para isso, contaria, inclusive, com autorização superior. Aliás, segundo divulgação recente da imprensa, o voto do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), encaminhado ao Conselho Monetário Nacional, propondo a institucionalização provisória do reajuste mensal do preço de garantia, afirmava que o IBC venderia 2,5 milhões de sacas no final de 1982 ou início de 1983.

Porque, então, decisões óbvias, como esta, são ainda hoje mantidas em sigilo? Embora fosse previsível, se tivesse sido divulgada oficialmente, teria auxiliado o produtor a melhor distribuir a comercialização de sua safra e em nada comprome-

QUADRO 3 *BRASIL — Previsões Alternativas da Disponibilidade Interna de Café e do Destino da Produção — 1981/82 e 1982/83 (Milhões de Sacas de 60 kg)*

Discriminação	Hipótese I "Aperto"			Hipótese II "Folga"		
	Em poder do setor privado	Em poder do IBC	Total	Em poder do setor privado	Em poder do IBC	Total
Estoque em 1º/7/82	4,0	2,0	6,0	4,0	2,0	6,0
Produção em 1981/82	33,7	33,7	33,7	35,0		35,0
Disponibilidade total	37,7		39,7	39,0		41,0
Exportações durante Jul/81 a Jul/82	16,4		16,4	16,4		16,4
Consumo interno Jun/81 a Jul/82	7,3		7,3	7,1		7,1
Variação do estoque do IBC	- 6,5	6,5	—	6,0	6,0	—
Estoque em 1º/7/82	7,5	8,5	16,0	9,5	8,0	17,5
Produção em 1982/83	15,0		15,0	18,0		18,0
Disponibilidade total	22,5		31,0	27,5		35,5
Variação do estoque do IBC entre Jul/82 e Out/82	- 2,0	10,5*	—	- 2,0	10,0*	—
Exportações entre Jul/82 e Jun/83	17,0		17,0	17,0		17,0
Consumo interno entre Jul/82 e Jun/83	7,5		7,5	7,0		7,0
Venda mínima do estoque do IBC	+ 4,0	6,5	—	—		—
Estoque em 1/7/83	—	—	6,5	1,5		11,5

* Estoque do IBC em outubro de 1982.

FONTE: Informações de diversos exportadores de café.

teria a execução da medida. É evidente que a própria situação estatística interna do café determina a tomada daquela decisão. O IBC precisará, efetivamente, vender parte de seu estoque durante os próximos meses. Não poderá, também, continuar com a política de reajustes mensais do preço de garantia, sob pena de ver seu orçamento estourar com a entrada da próxima safra.

Estas medidas já são, praticamente, de conhecimento público. O que não se sabe ainda é como o IBC evitará (se é que pretende evitar) que a suspensão do reajuste mensal do preço de garantia provoque novo aumento na margem de comercialização do exportador, a qual, durante 1982, situou-se em nível muito acima do normal. O valor pelo qual são comercializadas as quotas de exportação está em torno de US$ 20/saca, indicando o alto negócio em que se transformou a exportação de café.

Esta distorção decorre de um conjunto intrincado de variáveis diversas, mas as razões mais visíveis são, sem dúvida, a implantação do sistema de quotas internas de exportação, o congelamento do confisco cambial no nível de US$ 50/saca e a escassez de crédito de comercialização ao produtor rural.

O sistema de quotas internas era imprescindível para que se obtivesse uma melhor **performance** das vendas externas. Com a vigência do AIC, as exportações brasileiras de café passaram a ser contingenciadas, mas o registro das vendas de empresas brasileiras permaneceu livre por algum tempo. Em conseqüência, generalizou-se a prática de "vendas frias" no país. Toda vez que o IBC abria o registro de vendas, as empresas exportadoras corriam a registrar operações, das quais apenas umas poucas já haviam sido, de fato, contratadas pelo importador. É bom esclarecer que os exportadores não estavam, de forma alguma, agindo desonestamente. Procuravam, apenas, defender seu direito de efetuar operações normais de venda, mediante o único artifício que lhes restava então — a prática de "vendas frias". De qualquer forma, esta prática descaracterizou o Registro de Vendas. Não mais se registrava no IBC uma operação realizada, disputava-se, sim, com risco crescente, uma parcela da quota de exportação do país.

Esta situação, é claro, era bastante favorável ao importador. Para ele, bastava aguardar os últimos dias do mês e procurar exportadores cujas vendas efetivadas ainda estivessem em nível inferior ao volume previamente registrado no IBC. Estas empresas estariam sempre dispostas a conceder vantagens ao comprador, para impedir o cancelamento do registro efetuado.

A solução adotada parece, à primeira vista, perfeita. Se o país dispõe de uma quota de exportação para embarcar em determinado período, nada mais lógico do que repartir aquela quantidade entre os agentes envolvidos com a comercialização externa. Com isto, de fato, eliminou-se a prática de "vendas frias" e os prejuízos dela decorrentes. No entanto, outra distorção foi gerada a partir da solução eleita. A pequena resistência econômica do produtor rural permitiu que os benefícios decorrentes da nova sistemática, e mesmo a valorização do preço externo, fossem apropriados, quase que integralmente, pelo segmento exportador. Atualmente, a divisão dos ganhos entre produtores e exportadores, embora desfavorável aos primeiros, está estabilizada. A prática de reajustes mensais do preço de garantia e o congelamento do confisco cambial (que era aumentado a cada desvalorização do cruzeiro) geraram um sistema indexado, com base na correção cambial, que reajusta automaticamente a remuneração do produtor e a do exportador. Como as cotações internas do café estão, há algum tempo, coladas ao preço de garantia, cada vez que o suporte oficial é corrigido, a remuneração do produtor se eleva proporcionalmente. A remuneração do exportador, supondo preços externos constantes, é corrigida a cada vez que o cruzeiro sofre uma desvalorização frente ao dólar. A cada aumento da taxa de câmbio, o valor, em cruzeiros, da saca exportada e do confisco cambial, eleva-se na mesma proporção. No entanto, a diferença entre estes dois valores, que constitui a receita bruta do exportador, permanece fixa em dólares e, portanto, eleva-se na proporção do reajuste cambial.

Esta repartição injusta dos ganhos de comércio tornar-se-á ainda mais desfavorável ao cafeicultor, caso a eliminação do reajuste mensal do preço de garantia venha a ser decidida, a menos que alguma medida compensatória seja adotada pelo IBC.

CANA-DE-AÇÚCAR

O VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE AÇÚCAR NO CORRENTE ANO PODERÁ SUPERAR LIGEIRAMENTE OS US$ 550 MILHÕES. ESTE RESULTADO CARACTERIZARÁ 1982 COMO UM PERÍODO ALTAMENTE GRAVOSO, POIS O CUSTO INTERNO DE PRODUÇÃO ESTÁ CALCULADO EM US$ 350/t E O SUBSÍDIO À EXPORTAÇÃO SERÁ DE US$ 150/t. TAMBÉM NÃO É BOA A SITUAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE ÁLCOOL.

As metas de produção de açúcar e álcool, programadas pelo Plano de Safra 1982/83, poderão ser ultrapassadas, em virtude do predomínio de condições climáticas favoráveis nas principais áreas canavieiras.

A safra na região Centro-Sul, que teve seu início no mês de maio, já se encontra em uma fase avançada de corte e processamento. Conforme pode ser constatado no Quadro 1, caberá ao estado de São Paulo uma participação de 74% na produção de açúcar e de 83% na produção de álcool da região. Caso se confirme a projeção do Plano de Safra para este estado, a produção de açúcar ultrapassará em 12% o resultado final da safra passada. Quanto ao álcool, sua produção deverá ser 26% superior ao obtido na temporada anterior.

A região Norte-Nordeste, pelo fato de ter o início de sua safra em setembro, ainda não apresenta resultados significativos. Observa-se pelo Plano de Safras, que o estado de Alagoas deverá tornar-se o principal produtor de açúcar da região, ultrapassando em 12% o volume total produzido no período anterior. Também no que diz respeito à produção de álcool, Alagoas predomina, com uma meta de produção que sobrepuja em 10% a safra passada e representa 49% da produção programada para a região. Já o estado de Pernambuco tem uma produção esperada de açúcar superior em 10% ao resultado final da última safra, enquanto que, em relação ao álcool, deverá atingir um volume 3% acima do obtido no período 1981/82.

Na região Nordeste, a seca do ano passado não acarretou muitas dificuldades para a atual safra, salvo o desestímulo causado aos produtores para a adubação da cana. Isto porque as chuvas que vêm ocorrendo na Zona da Mata, desde maio, propiciaram um grande desenvolvimento da cultura. Assim, a produtividade agrícola deverá apresentar uma recuperação em relação ao ano anterior. O rendimento industrial, por sua vez, será prejudicado pelo excesso de chuvas, já que estas atrasaram a colheita, e provocaram a redução do teor de sacarose. Não deverá ocorrer, também, uma expansão de área significativa, tendo em vista as atuais dificuldades financeiras para a implementação de novos empreendimentos e o próprio desincentivo ocasionado pela seca da temporada anterior. Desta forma, a expansão da área será observada somente

nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, em função da implantação de novas destilarias de álcool.

Na região Centro-Sul, os efeitos das geadas que atingiram as plantações de cana em São Paulo, Minas Gerais e Paraná no inverno passado, também foram atenuados pela subseqüente melhoria climática. Ainda assim, deverá registrar-se uma queda da produtividade agrícola em algumas regiões produtoras de São Paulo, como é o caso da Alta Mogiana, onde está previsto um declínio de até 15% no rendimento. Por outro lado, as chuvas que se fizeram abundantes em São Paulo até junho, embora favorecendo o crescimento do canavial, dificultaram a colheita no início da safra, prejudicando em alguma medida o desempenho industrial. No Rio de Janeiro, o clima mostrou-se mais estável do que em anos anteriores, quando a lavoura foi fortemente atingida por prolongadas estiagens, seguidas de fortes chuvas. Desde outubro do ano passado têm ocorrido chuvas bem distribuídas, assim como uma insolação favorável ao desenvolvimento da cultura. Nestas condições, será possível ao estado cumprir suas quotas de produção de açúcar e álcool.

Com exceção do crescimento de área que vem ocorrendo no noroeste do Paraná e no oeste de São Paulo, com a implantação de destilarias autônomas, a região Centro-Sul não apresentará uma maior expansão de seus canaviais.

A situação de aperto monetário do país e as dificuldades oriundas da conjuntura baixista dos preços no mercado internacional, que levaram ao esgotamento dos recursos do Fundo Especial de Exportação do açúcar, vêm contribuindo para o agravamento da crise econômico-financeira da agroindústria canavieira.

Cabe ressaltar que, na atual safra, manifestaram-se três grandes problemas, que poderão perturbar o desempenho, até aqui satisfatório, da lavoura. O primeiro deles diz respeito aos preços pagos aos produtores de cana, açúcar e álcool. Ao contrário do ano passado, quando os preços, em alguma medida, corresponderam à expectativa dos fornecedores e usineiros, neste ano, foram fixados em níveis bastante inferiores aos reivindicados por estes setores. A questão assume maior gravidade, uma vez que já se torna perceptível a menor utilização de fertilizantes e de mecanização. Em Pernambuco, onde a cana é responsável pelo consumo de 85% dos fertilizantes importados pelo estado, de janeiro a julho deste ano registrou-se um decréscimo de 26% na aquisição destes insumos. Deve-se ainda assinalar que a região Centro-Sul, que iniciou sua safra na segunda quinzena de maio, foi prejudicada pelo atraso na liberação dos novos preços.

Um segundo problema refere-se às limitações impostas ao financiamento da safra. Além das restrições à concessão de crédito para investimento

QUADRO 1

AÇÚCAR — Brasil e Principais Estados Produtores — Produção Autorizada

	Açúcar (t)	Álcool (m^3)
Norte-Nordeste	3.120.000	876.700
Pernambuco	1.330.000	260.050
Alagoas	1.331.856	430.000
Centro-Sul	5.880.000	4.323.000
Minas Gerais	542.000	175.000
Rio de Janeiro	605.200	170.500
São Paulo	4.379.800	3.570.600
Paraná	202.000	250.000
Brasil	9.000.000	5.200.000

FONTE: IAA.

e da própria elevação dos custos financeiros, destaca-se, no caso da indústria do açúcar e do álcool, a fixação de novos limites para o financiamento de estoques (**warrantagem**) que, no Nordeste, foram reduzidos de 70 para 60% e, no Centro-Sul, de 50 para 35%. Tal medida significa uma menor liquidez para o setor que, pelas características próprias de sua atividade, produz em seis meses, mas comercializa durante todo o ano.

Em terceiro lugar, situa-se um bloco de dificuldades, ou seja, os diversos problemas de fluxo de caixa que vêm atingindo os produtores. Tal situação tem como origem atrasos da rede bancária no cumprimento de seus compromissos financeiros, bem como as repercussões de medidas restritivas de crédito sobre determinados setores, que acabam por repassá-las ao conjunto dos produtores. Em São Paulo, por exemplo, foi instituído um regime de pagamento das usinas aos fornecedores, em que 75% da cana-de-açúcar entregue deveriam ser pagos em trinta dias. O restante seria pago por duas Promissórias Rurais em fevereiro e março de 1983. Entretanto, com o atraso do Banco do Brasil na liberação do montante de recursos projetado, bem como com a demora do pagamento pelo IAA do açúcar de exportação, as usinas viram-se impossibilitadas de cumprirem as normas estabelecidas. Ainda que a situação venha-se normalizando, tal fato gerou uma reação em cadeia, atrasando inclusive, em algumas áreas, a remuneração dos trabalhadores envolvidos no corte de cana.

O aprofundamento da crise econômica que atravessa a agroindústria canavieira vem exigindo redefinições na política do setor, que compatibilizem efetivas medidas de apoio com a austeridade que requer a atual situação orçamentária do país. Um exemplo desta prática foi a contratação pelo IAA de um empréstimo no exterior, de US$ 165 milhões, para o reescalonamento das dívidas das usinas do Norte Fluminense.

A gerência do Programa do Álcool, nestas circunstâncias, adquire, também, um especial significado. A partir da recuperação da demanda pelo álcool, no início deste ano, retomou-se a defesa da tese de uma maior produção deste combustível, em substituição ao açúcar destinado à exportação. Um estudo recente da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do Ministério da Indústria e Comércio, busca demonstrar a viabilidade desta alternativa, considerando o preço atual de US$ 130,00 por tonelada de açúcar no mercado internacional. Segundo a STI, a cana empregada como matéria-prima na produção de uma tonelada de açúcar pode produzir 629 litros de álcool anidro que, no processo de mistura, substitui igual volume de gasolina, equivalendo a 3,96 barris, ao valor de US$ 189 (segundo o Banco Mundial um barril de álcool anidro tem um custo de US$ 47,70). Na hipótese de produção de álcool hidratado, obter-se-iam 667 litros, equivalendo a 556 litros de gasolina, já que este tipo de álcool tem um rendimento energético 20% inferior à gasolina, o que corresponderia a 3,5 barris, com um valor de US$ 167,00.

Uma medida desta natureza exige que se criem condições para a elevação da demanda pelo álcool, sob o risco de que se repita o problema de excesso de estoques, como ocorreu no momento de maior produção da safra passada.

Na presente safra, na região que corresponde aos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, os estoques de álcool atingiram o volume de 1,7 bilhão de litros na primeira quinzena de setembro. Embora tal volume não se constitua em um problema de maior gravidade, em função da atual capacidade de tancagem, demonstra a tendência ao acúmulo de estoques, que se manifesta nesta região e que costuma prolongar-se até dezembro.

No Nordeste, este problema não assume as mesmas proporções. Com uma capacidade de armazenagem de 930 milhões de litros, a demanda pelo álcool sofrerá, ainda nesta safra, um forte incremento, com a entrada em funcionamento de projetos de grande porte da indústria química, tais como a Salgema (Alagoas) e a Coperbo (Pernambuco).

Com a recuperação nas vendas de automóveis a álcool que, em setembro, totalizaram 22,8 mil unidades (contra 3,7 mil unidades em janeiro deste ano) e a manutenção do diferencial de preços entre este combustível e a gasolina, aumentam as possibilidades de que a produção de álcool hidratado seja quase que completamente absorvida pela atual frota de veículos movidos por este combustível. No tocante ao consumo do anidro, o esforço pela manutenção de um nível de mistura com a gasolina, de até 20%, parece atender à necessidade exigida pelo atual volume ofertado. O aumento para um coeficiente de mistura em torno de 25% não seria recomendável economicamente, tendo em

vista que reduziria o rendimento dos veículos.

A perspectiva de uma maior produção do etanol coloca, portanto, como condição anterior, não somente a garantia de que a venda de automóveis a álcool permaneça nos níveis atuais como, também, a necessidade de alargar suas atuais áreas de consumo. Cabe, assim, um maior empenho em viabilizar a substituição do diesel pelo álcool em utilitários leves, o incremento da utilização do álcool na indústria química e sua penetração em novos mercados no exterior.

Cabe registrar, então, que as perspectivas quanto ao desempenho do mercado internacional do açúcar durante a presente safra mostram-se sombrias. As mais recentes estimativas, da corretora alemã F. O. Licht, acerca da safra anterior — 1981/82 — dão conta de uma produção recorde de 99,3 milhões de toneladas (demerara), enquanto que o consumo não ultrapassou 90,4 milhões de toneladas. Com estoques finais de 33,4 milhões de toneladas, equivalentes a 36,3% do consumo, o mercado açucareiro sofreu forte desestabilização, caindo o preço médio mensal do produto, calculado pela Organização Internacional do Açúcar (OIA), de US¢ 11,65 por libra-peso, em setembro do ano passado, para US¢ 5,77/libra-peso, em setembro do ano corrente.

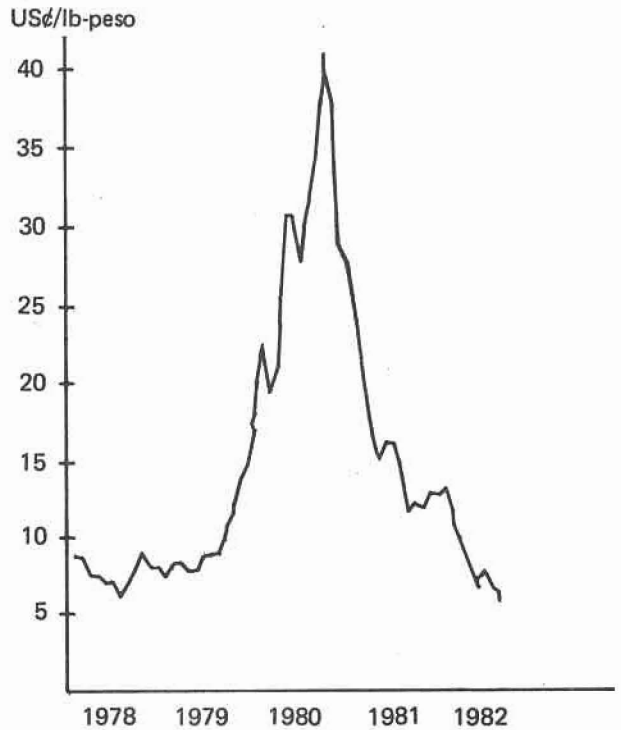
Ainda que fatores externos ao mercado, como a conjuntura mundial recessiva e as taxas de juros proibitivas, desestimulem os países importadores a formarem estoques, não há dúvida de que o elemento determinante na derrubada dos preços do açúcar é o extraordinário crescimento da oferta de alguns dos principais países produtores. A confrontação dos Gráficos 1 e 2 demonstra a estreita relação entre o comportamento dos preços e o balanço entre a oferta e a demanda no mercado internacional do produto, nos últimos cinco anos.

Com base nas estimativas atualmente disponíveis sobre a safra 1982/83, avalia-se que a configuração baixista do mercado manter-se-á inalterada, na próxima estação. Segundo as primeiras previsões divulgadas por F.O. Licht, a produção européia está estimada em 30,965 milhões de toneladas, ou seja, apenas 2% abaixo do total obtido na safra anterior. Embora a Comunidade Européia tenha reduzido sua área plantada de beterraba em quase 11%, as boas condições climáticas permitem prever a repetição de elevados níveis de produtividade, com uma produção estimada em 14,14 milhões de toneladas (12% abaixo da grande safra do ano passado). No entanto, os efeitos desta redução de área poderão ser compensados pelo crescimento da produção soviética, prevista em 7,7 milhões de toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 24% sobre o resultado da safra 1981/82.

Em relação aos principais produtores de açúcar de cana, as perspectivas apontam para a obtenção de grandes safras na atual temporada. Cuba, por exemplo, poderá repetir o excelente desempenho de sua última safra, quando produziu 8,2 milhões de toneladas. Almejando uma produção de 10 milhões de toneladas para 1985, este país vem investindo em uma série de projetos que têm como objetivo a elevação de sua produção. A Índia, por seu turno, mesmo que não atinja o volume recorde de 8,8 milhões de toneladas da safra passada, deverá obter, conforme as previsões, um resultado bastante expressivo. Também o Brasil, de acordo com o Plano de Safra da atual temporada, prevê um acréscimo de 10% em sua produção, o que corresponderá à obtenção

GRÁFICO 1

AÇÚCAR: Cotações no Mercado Internacional 1978 a 1982 — US¢/libra-peso



FONTE: OIA.

de 9,6 milhões de toneladas de açúcar bruto.

Neste quadro de excesso de oferta, o Acordo Internacional do Açúcar vem-se mostrando pouco efetivo. Tendo utilizado os instrumentos de que dispunha para reduzir a pressão de oferta dos países membros no mercado, o Acordo teve sua capacidade de interferência limitada, diante da ausência da CEE entre seus signatários. Uma adesão da Comunidade, em futuro próximo, parece improvável, na medida em que tal hipótese sofre acirrada oposição da França, responsável por quase um terço da produção total da CEE. Além disso, as negociações até aqui realizadas esbarraram na exigência da Comunidade de que o controle da produção e da exportação de adoçantes de milho fosse incorporado em um futuro pacto.

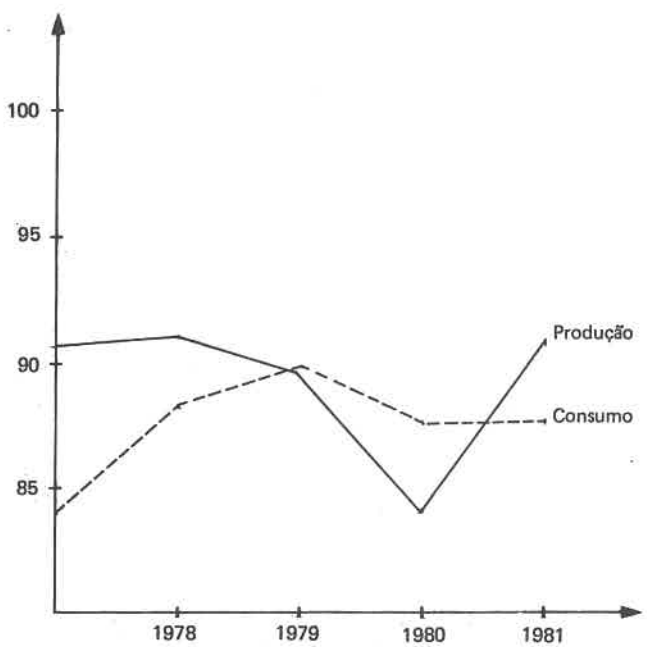
O que parece certo, é que qualquer política estabilizadora do mercado internacional será frustrada, enquanto perdurar o sistema de preços mínimos estipulado pela CEE, que paga aos seus produtores US¢ 28/libra-peso pelo açúcar de beterraba. Com a execução desta política, o preço do açúcar para os consumidores tornou-se extremamente elevado, o que fez baixar seu consumo interno nos últimos anos, ao mesmo tempo em que as exportações cresciam de 1,9 milhão de toneladas, em 1975, para 5,3 milhões, em 1981.

A formação de estoques extras, como ocorreu na temporada passada, ainda que ajude a reduzir o excedente disponível para exportação, não resolve o problema da superprodução. Caso a Comunidade decida exportar o volume de 1,7 milhão de toneladas estocado na última safra, o total de suas vendas poderá atingir 7 milhões de toneladas (incluindo 1,3 milhão de toneladas reexportadas dos países da África, Caribe e Pacífico — ACP) o que seria desastroso para o mercado.

Os Estados Unidos, por sua vez, como maiores importadores do mercado livre de açúcar, vêm exercendo uma política protecionista prejudicial ao equilíbrio do mercado. Esta política caracterizou-se, inicialmente, pela taxação sobre as importações do produto, fixada em US¢ 4,07/libra-peso para o demerara e US¢ 5,07/libra-peso para o refinado. Estas taxas sofreram um processo gradativo de redução, até ser eliminada a que incidia sobre o açúcar bruto, persistindo a taxação de US¢ 1/lb-peso para o tipo refinado. Em maio deste ano, foi também instituído o sistema de quotas de importação, como a principal medida de proteção à produção doméstica de açúcar. Com este sistema, as importações dos Estados Unidos sofrerão uma redução de 29% este ano, em relação ao total adquirido no ano passado.

GRÁFICO 2

AÇÚCAR: Produção e Consumo Mundial 1978 a 1981 — (milhões de t)



FONTE: OIA.

Ao buscar sustentar o preço interno do açúcar em US¢ 19/libra-peso, o protecionismo norte-americano favorece sobretudo a produção de adoçantes de xarope de milho, em especial o HFCS (**High Fructose Corn Syrup**), na medida que torna o preço deste adoçante competitivo em relação ao preço do açúcar de cana ou de beterraba. Detendo 32% do consumo, os adoçantes de milho vêm recebendo um grande estímulo, em função da grande produção do cereal nos Estados Unidos.

As exportações brasileiras sofreram forte impacto com a instituição do sistema de quotas norte-americano, haja vista que os Estados Unidos vinham ocupando, até então, a primeira posição enquanto compradores do açúcar demerara. A

quota brasileira, de 435 mil toneladas, representa, assim, um decréscimo de 54% sobre o volume exportado no ano passado para aquele país. Embora o Brasil esteja buscando conquistar espaços para suas exportações, ao negociar açúcar refinado para novos mercados na África e no Oriente Médio, estas vendas vêm-se tornando mais onerosas, em função de maiores custos com os fretes.

O conjunto de dificuldades que afeta o mercado açucareiro não permite uma previsão otimista quanto ao resultado das exportações brasileiras, em 1982. Ainda que o país venha obtendo um preço em suas vendas superior à cotação média das bolsas de Nova Iorque e Londres — o que pode ser atribuído aos contratos de longo prazo fechados anteriormente — o valor total de suas exportações deverá ser substancialmente inferior ao obtido no ano passado. Até agosto último, o Brasil vendeu 1,22 milhão de toneladas, arrecadando US$ 315 milhões, o que faz supor que, no último quadrimestre do ano, serão embarcadas mais 1,5 milhão de toneladas. A recente medida tomada pelo IAA, no sentido de suspender as vendas externas do produto, por tempo indeterminado, não repercutirá sobre o volume exportado neste ano, uma vez que a quota de exportação brasileira, para 1982, já está contratada em sua totalidade. Como as cotações caíram a um nível inferior a US$ 130/t, em setembro, tudo indica que o preço médio das exportações brasileiras não ultrapassará US$ 180/t no período restante. Assim, o valor das exportações brasileiras de açúcar, em 1982, deverá ficar pouco acima de US$ 550 milhões (FOB). Tal resultado caracterizará este ano como um período de elevada gravosidade para as exportações de açúcar. Com efeito, com um custo interno de produção calculado em US$ 350/tonelada, o açúcar exportado receberá, em média, um subsídio em torno de US$ 150/tonelada.

Igualmente adversa é a situação das exportações de álcool. Enfrentando baixas cotações no mercado internacional — inferiores a US$ 60 por barril — e sofrendo, ainda, os efeitos da imposição pelos EUA da sobretaxa de US$ 0,20 por galão, as exportações no presente ano deverão ficar aquém dos 180 milhões de litros vendidos no ano passado.

Também o melaço apresentará resultados insignificantes no tocante a suas vendas para o exterior. Em função da excelente safra de beterraba, o Mercado Comum Europeu passou de importador a exportador de melaço, deprimindo as cotações que, em dezembro de 1980, eram de US$ 140/tonelada, para uma média aproximada de US$ 50/t no atual período. Em vista disso, as unidades produtoras têm optado pelo emprego do mel residual como matéria-prima para a produção de álcool.

LARANJA

A DIFÍCIL SITUAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL TEM LEVADO À REDUÇÃO NO CONSUMO DO SUCO CÍTRICO, PRINCIPALMENTE NA EUROPA. NO ENTANTO, O PRODUTO BRASILEIRO TEM-SE BENEFICIADO DE SEUS PREÇOS COMPETITIVOS E A ACELERAÇÃO DAS MINI-DESVALORIZAÇÕES DO CRUZEIRO VEM AUXILIANDO AS VENDAS.

A citricultura brasileira apresentou, durante os anos setenta, as maiores taxas de crescimento entre todos os países produtores. Tal expansão pode ser visualizada no Quadro 1, em que se observa que a produção mundial apresentou um crescimento de 52%, no período 1971/80, enquanto a produção brasileira crescia 173%. Imediatamente a seguir, vem a citricultura egípcia, com uma expansão de 76%, à qual sucede a norte-americana, com um incremento de 43%.

Ao mesmo tempo, as importações mundiais de laranja **in natura** cresceram, no mesmo período, apenas 23,3% (ver Quadro 2). O principal mercado importador desta fruta foi (e continua sendo) a Europa, com uma participação no total importado de 79,9% em 1970 e de 70% em 1980. Vale lembrar que a queda relativa da participação européia foi compensada, em parte, pelos países asiáticos, que elevaram sua participação no total importado de 7,4% para 15,2% no período em questão.

Quanto ao processamento industrial da laranja, este aumentou 23,5% no período 1977/80, absorvendo cerca de 42% da produção mundial em 1980 (ver Quadro 3). Os principais países processadores são os EUA — que moem cerca de 85% de sua produção — e o Brasil, que vem aumentando a cada ano o volume de laranja destinado à indústria (ver Quadro 3), como forma de viabilizar as elevadas taxas de crescimento experimentadas pela produção doméstica.

A produção de laranja do estado de São Paulo — 80% absorvidos pela indústria — deverá alcançar 183 milhões de caixas na safra 1981/82, o que representa um aumento de 4,6% em relação à safra anterior. O elevado número de pés plantados em 1978 e 1979*, que estão entrando na fase produtiva nesta e na próxima safra, é, possivelmente, a principal causa explicativa dos aumentos ocorridos na produção nas safras 1981/82 e 1982/83, muito embora a florada da safra 1982/83 tenha sido excelente.

* 23,99 milhões, o maior plantio já verificado em um biênio, no país.

QUADRO 1

LARANJA – Evolução da Produção dos Principais Países Produtores e dos Continentes – 1971-80 – 1.000 t

Países \ Anos	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Egito	619	683	767	725	856	900	750	859	1.050	1.092
Marrocos	610	688	763	765	477	566	620	785	645	720
África do Sul	402	562	575	632	600	640	630	581	538	550
México	1.255	1.318	1.900	1.778	2.322	2.300	1.140	1.902	1.717	1.630
EUA	7.459	7.689	9.042	8.515	9.294	9.506	10.595	8.660	8.310	10.740
Argentina	990	750	783	833	729	691	800	670	706	762
Brasil	3.257	3.300	–	6.232	6.333	–	5.845	6.378	8.053	8.948
China	–	690	718	729	843	871	800	859	885	894
Índia	–	870	900	900	934	967	1.050	900	1.050	1.100
Israel	1.045	1.179	1.252	1.180	1.052	1.200	904	902	932	855
Turquia	455	573	562	510	551	561	–	668	692	693
Itália	1.325	1.554	1.566	1.770	1.580	1.624	1.900	1.622	1.781	1.830
Espanha	1.631	2.238	2.061	1.921	2.016	1.737	1.755	1.651	1.792	1.741
África	–	2.735	2.886	3.006	2.883	3.080	–	3.269	3.317	3.462
Am. Norte e Central	–	9.618	11.523	10.876	12.194	12.404	–	11.279	10.708	13.090
América do Sul	–	5.013	4.457	8.033	8.102	9.134	–	8.583	10.442	11.393
Ásia	–	4.829	5.027	4.799	4.643	4.892	–	5.672	5.852	5.885
Europa	–	4.460	4.175	4.397	4.263	4.034	–	3.951	4.025	4.280
TOTAL	25.570	27.065	28.420	31.642	32.609	34.091	–	33.330	35.080	38.798

FONTE: FAO Production Year Book.

Economicamente, porém, não é tão boa a situação do setor. A queda ocorrida na renda líquida dos citricultores, já a partir da safra 1980/81, quando os custos de produção sofreram aumentos superiores aos dos preços pagos pela indústria, forçou a uma redução nos tratos culturais. Os preços recebidos na atual safra, por sua vez, são ainda mais desfavoráveis, o que irá refletir-se num abandono maior dos pomares e, conseqüentemente, numa queda da produtividade.

No entanto, o elevado número de pés novos que estão entrando em produção na safra 1982/83, 15,9 milhões, deverá viabilizar mais um aumento na produção paulista de laranja. Deve-se destacar que, a partir de 1979, os novos plantios não visaram a um aumento do número de pés e, sim, apenas à reposição daqueles que entram na fase de erradicação. Esta reposição deverá, em médio prazo, elevar a produtividade da citricultura do estado – que ainda apresenta rendimentos por hectare muito baixos – pois os novos plantios estão sendo feitos de forma mais organizada e racional, buscando aumentar o número de árvores por unidade de área.

Quanto à comercialização da atual safra, continua apresentando problemas entre os citricultores e a indústria, em função do atraso no pagamento, da não-aquisição pela indústria das laranjas de casca mole (cujas perdas estão avaliadas entre cinco e dez milhões de caixas) e ao próprio preço fixado, de Cr$ 400,00/caixa, valor que os citricultores ainda questionam. Os Cr$ 400,00/caixa que a indústria pagará aos produtores, nesta safra, significam bem menos, na verdade, em razão do pagamento parcela-

do, que traz perdas significativas ao citricultor, considerando-se as elevadas taxas de inflação que continuam a ocorrer na economia brasileira.

Desta forma, em termos reais, os preços recebidos nesta safra deverão apresentar-se bem inferiores aos praticados em 1981. O produtor poderá, porém, auferir uma receita um pouco maior, caso as exportações de suco no ano comercial 1982/83 excedam as 440 mil t projetadas pela indústria, pois neste caso, para cada 10 mil t exportadas a mais o citricultor receberá uma bonificação de Cr$ 5,00 por caixa entregue para moagem.

Registre-se, porém, que a comercialização em nível de produtor deverá, a partir deste mês, apresentar sensível melhora, uma vez que a exportação de suco vem desde agosto mostrando um desempenho mais favorável. A existência de elevados estoques de suco concentrado de laranja no exterior, em poder de importadores e de empresas ligadas às indústrias paulistas, afetou significativamente a comercialização do produto, nos meses que se seguiram à geada de janeiro último, quando grande quantidade de suco foi exportada (janeiro e fevereiro). O baixo nível destes estoques, em agosto, propiciou, a partir daquele mês, uma melhora na comercialização externa do suco, devendo, nestes últimos meses do ano, caso se confirmem as estimativas de uma safra norte-americana 1982/83 reduzida, intensificar-se ainda mais.

As exportações brasileiras no período entre janeiro e agosto deste ano, sofreram uma redução de 4,4% no valor (US$ 389,10 milhões em 1981 contra US$ 372,00 milhões neste ano) e de 14,13% no volume de vendas, reduções estas que poderão ser anuladas, caso permaneçam as atuais condições favoráveis no mercado externo. Embora a crise econômica mundial tenha forçado uma redução no consumo de suco, principalmente na Europa, o pre-

QUADRO 2

LARANJA: Importação Mundial de Laranjas e Tangerinas, Segundo os Principais Países e os Continentes — 1970-81 — 1.000 t

Países \ Anos	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Canadá	201,3	199,5	208,8	209,5	212,0	236,0	311,7	340,7	261,3	249,1	295,4
Hong Kong	99,8	106,7	118,3	135,2	108,4	144,5	137,0	143,6	145,3	123,0	149,6
Bélgica e Luxemburgo	187,4	170,8	208,3	155,0	184,9	188,9	190,7	195,5	192,6	196,5	182,9
França	750,6	727,9	814,1	875,3	815,1	798,5	838,0	870,9	827,5	813,9	829,9
Alemanha Ocidental	945,3	824,6	896,6	948,9	828,9	815,6	750,1	859,8	778,3	829,2	772,6
Holanda	289,1	292,7	335,4	321,9	332,4	362,3	359,1	356,9	339,2	363,8	369,0
Suécia	115,4	109,4	114,3	108,4	97,9	111,0	115,6	115,6	104,7	111,7	109,0
Inglaterra	421,8	454,9	446,9	475,8	429,9	424,5	415,3	396,7	419,6	412,3	467,9
URSS	258,4	266,9	344,7	327,5	373,2	356,4	325,7	354,5	337,3	333,5	380,3
Europa	3.436,1	3.281,6	3.618,8	3.715,2	3.540,0	3.543,3	3.539,3	3.696,3	3.524,3	3.584,0	3.600,1
Am. Norte e Central	250,2	249,1	267,3	275,9	269,3	275,6	353,5	393,3	324,9	317,6	344,0
América do Sul	3,1	2,2	3,5	6,5	1,6	5,2	2,1	3,1	4,6	22,9	22,7
África	14,5	12,3	13,9	15,6	15,4	15,1	17,0	23,2	16,6	18,0	11,9
Ásia	319,9	356,2	397,3	465,8	469,7	760,0	873,8	841,2	661,0	694,3	783,0
TOTAL	4.296,9	4.183,8	4.662,1	4.823,8	4.687,5	4.975,1	5.127,9	5.330,4	4.888,1	4.985,9	5.159,1

FONTE: FAO Trade Year Book.

QUADRO 3

LARANJA – Quantidade Destinada ao Processamento Industrial Nos Principais Países
1977-80 – 1.000 t

Países \ Anos	1977	% da produção nacional	1978	% da produção nacional	1979	% da produção nacional	1980	% da produção nacional
EUA	8.805	83,7	7.792	90,0	6.956	83,7	8.935	83,2
Brasil	2.730	46,7	3.180	49,9	5.018	62,3	5.508	61,6
Israel	240	26,5	241	26,7	213	22,8	275	32,2
México	230	20,2	100	5,2	300	17,5	300	18,4
Austrália	230	–	230	–	202	–	183	–
Itália	220	11,6	235	14,5	315	17,7	350	19,1
Espanha	170	9,7	190	11,5	146	8,1	115	6,6
Argentina	115	14,4	50	7,5	110	15,6	140	18,4
África do Sul	110	17,5	100	17,2	131	24,4	151	26,5
Grécia	85	–	70	–	110	–	45	–
Outros	230	–	230	–				
TOTAL	13.165	–	12.228	36,7	13.746	39,2	16.267	41,9

(*) Dados preliminares.
FONTE: USDA, FAO, IEA.

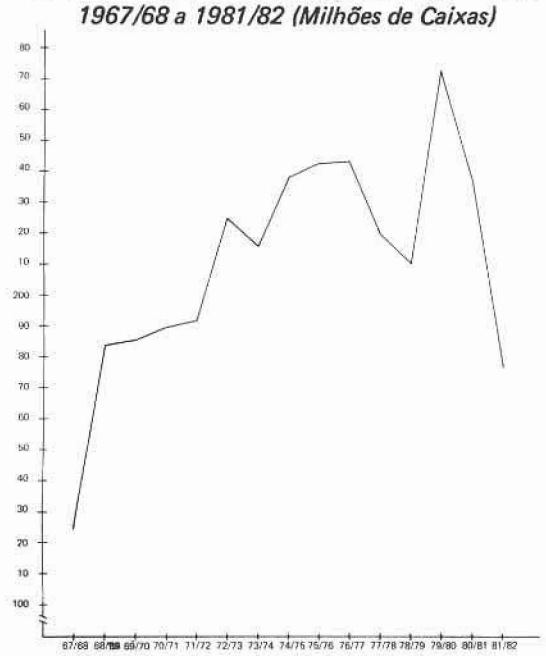
ço competitivo do produto brasileiro tem sido capaz de anular em parte esta situação desfavorável. No mercado norte-americano, o consumo se manteve estável nos últimos três anos, graças à competitividade do produto naquele mercado. Deve-se destacar, ainda, que a aceleração das mini-desvalorizações do cruzeiro, a partir de agosto, torna mais barato o produto brasileiro no mercado internacional, viabilizando, assim, o aumento das vendas.

Neste ano, o principal mercado consumidor continua sendo o norte-americano, a exemplo do que ocorreu em 1981, quando a produção daquele país foi novamente afetada por forte geada. As importações dos EUA que, em 1979/80, foram de 16,534 milhões de galões, passaram para 56,851 milhões em 1980/81 e já alcançaram a cifra de 55,542 milhões no período de 1º de dezembro a 10 de setembro deste ano, 12% superiores às importações de igual período do ano comercial 1980/81. O volume total comercializado no mercado interno dos EUA, que foi de 232,829 milhões de galões em 1979/80, passou para 228,505 milhões de galões em 1980/81 e chegou a 175,702 milhões de galões no período citado acima, refletindo uma queda de 3%, se comparado com igual período em 1980/81. Vale lembrar, ainda, que o total de suco processado em 1981/82 foi 23,6% inferior ao processado no ano anterior (174,537 milhões de galões em 1980/81 contra 133,4 milhões de galões no atual ano) em conseqüência da reduzida oferta de matéria-prima que caracterizou este período.

A produção de laranja dos EUA sofreu drástica redução nestes dois últimos anos (1980/81 e 1981/82) como conseqüência das fortes geadas que ocorreram em janeiro de 1981 e 1982 (ver Gráfico 1). A ação cumulativa das duas geadas causou, inclusive, a erradicação de um número significativo de árvores, fato que deverá ter reflexos negativos sobre a próxima safra norte-americana. Desta forma, tudo indica que a produção de laranja da Flórida não conseguirá recuperar-se no próximo ano, propiciando grandes importações de suco, de que se beneficiará o Brasil. Os primeiros números divulgados pelo USDA, revelam uma produção de 147 milhões de caixas para o estado da Flórida, 14,4% superior à safra colhida em 1981/82.

GRÁFICO 1

EUA – Evolução da Produção de Laranja – Safras 1967/68 a 1981/82 (Milhões de Caixas)



FONTE: Foreign Agriculture Circular.

A recuperação da produção naquele estado norte-americano teria como principais causas as boas condições climáticas que prevaleceram no período da florada e os intensos tratos culturais. A recuperação mais significativa deu-se na produção das laranjas "Valência", que apresentaram um crescimento de 37% e foram, também, as mais afetadas pela geada passada. As laranjas precoces e de meia estação apresentam, para a próxima safra, uma redução de 3%. Estas variedades já estavam totalmente colhidas em janeiro deste ano.

A primeira estimativa do USDA da safra 1982/83 de laranja dos EUA revela uma produção de 208,7 milhões de caixas, 20,6% superior à obtida no corrente ano. Vale lembrar porém, que a produção da Califórnia, que em 1981/82 havia sido castigada por severa seca, apresentou este ano um aumento de 46,5% e que estas laranjas destinam-se ao consumo **in natura** e à exportação. Além disso, esta é a primeira estimativa da safra 1982/83, podendo, nas próximas, apresentar ainda alguma redução. Vale ressaltar, também, que o estoque remanescente norte-americano projetado para 1981/82 é de 40/45 milhões de galões, contra os 69 milhões da temporada anterior.

As vendas brasileiras para o mercado norte-americano poderão, entretanto, ser prejudicadas, caso a ITC (**International Trade Comission**) decida sobretaxar o suco importado do Brasil, em retaliação aos subsídios supostamente concedidos ao produto, pelo governo brasileiro. A denúncia, inicialmente feita pela **Florida Citrus Mutual** (Cooperativa dos Produtores de Cítricos da Flórida) e posteriormente endossada pela indústria, acusa o produto brasileiro de causar danos ao produtor norte-americano, na medida em que os citricultores daquele país não estariam sendo compensados pelas perdas causadas pela geada, via um maior preço recebido. Isto não estaria acontecendo, em virtude da disponibilidade de suco brasileiro e dos atuais preços praticados pelo Brasil no mercado externo.

A denúncia feita pela **Florida Citrus Mutual** foi inicialmente aceita pela ITC, que acabou concluindo, meses após, numa investigação preliminar, que o produto brasileiro de fato recebe subsídios do governo. As investigações deverão prosseguir até o final deste ano, quando serão concluídas e, então, iniciar-se-ão negociações entre representantes do Brasil e do governo norte-americano.

A principal alegação dos norte-americanos, de que as importações de suco brasileiro experimentaram um aumento muito elevado nos últimos dois anos e que isto teria como causa os subsídios que o produto recebe, não parece ter muito fundamento. De fato, as exportações para aquele mercado só foram viabilizadas graças às geadas, que reduziram sobremaneira as safras 1980/81 e 1981/82, numa queda acumulada de 36,5% sobre a última safra normal da Flórida (206,7 milhões de caixas em 1979/80 contra 131,2 milhões em 1981/82). Vale lembrar, ainda, que de acordo com os dados preliminares, a próxima safra também ficará abaixo do nível considerado normal, o que implicará novas importações para o suprimento do mercado doméstico dos EUA.

A imposição do pagamento de uma sobretaxa – o produto já paga cerca de US$ 480,00/t de impostos no mercado daquele país – ao suco brasileiro irá, naturalmente, elevar o preço ao consumidor, reduzindo, desta forma, a demanda e, conseqüentemente, as exportações brasileiras, o que trará dificuldades ao setor, no Brasil. Contudo, também ocorrerão problemas para os consumidores e industriais norte-americanos, através de inevitáveis aumen-

tos de preços para os primeiros e redução dos lucros para os últimos, cujo aumento da capacidade ociosa viria elevar os custos fixos de produção e, por conseguinte, o preço final do produto. Vale lembrar, ainda, alguns fatores que parecem invalidar a denúncia dos norte-americanos:

1) o produto brasileiro, até a temporada passada, era um dos poucos produtos de exportação que pagava 10% de imposto, o que, se de fato existisse um subsídio, resultaria num paradoxo;

2) na atual temporada, o Imposto de Exportação foi reduzido para 1%, como forma de viabilizar uma melhor remuneração para o citricultor, não tendo, porém, reflexos sobre o preço mínimo de exportação, que foi mantido em US$ 1.100,00/t, na medida em que as cotações externas do produto, embora já tenham alcançado níveis mais altos, encontram-se atualmente no mesmo patamar do ano passado (ver Gráfico 2).

3) o aumento das vendas brasileiras para o mercado norte-americano, não apenas em 1981 e 1982, mas também em outras ocasiões, foi propiciado sempre pela ocorrência de geadas nos pomares da Flórida, criando, assim, um hiato entre a oferta e a demanda naquele mercado;

4) o setor industrial de suco, assim como os demais setores industriais no Brasil, cujas produções se destinam em parte para o mercado externo, recebe, através da Resolução 674, crédito a juros diferenciados para o pagamento da matéria-prima e da mão-de-obra (o volume de crédito corresponde a 40% do valor das exportações no ano anterior). Isto, porém, não pode ser encarado como um subsídio específico ao suco concentrado, pois faz parte da política de exportações do Brasil. Além disso, não infringe as normas do GATT.

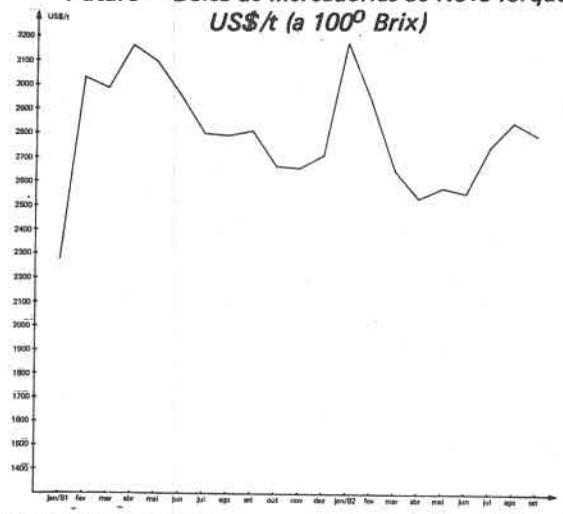
As negociações finais referentes à sobretaxação do produto brasileiro deverão ainda receber um tratamento em nível governamental, visto que esta parece ser mais uma das medidas protecionistas tão ao gosto do governo norte-americano, na atual conjuntura. Caso seja efetivamente sobretaxado o suco, o governo brasileiro deverá optar por evitar essa taxa adicional, aumentando o Imposto de Exportação na mesma magnitude da sobretaxa imposta, o que será muito mais vantajoso para o Brasil, por razões óbvias.

As exportações brasileiras de suco, no ano comercial 1982/83, deverão, segundo estimativas do USDA, alcançar 520 mil t (contra 550 mil em 1981/82) para uma oferta total projetada em 630 mil t, o que resultaria num estoque remanescente de 94 mil t, já descontadas as 16 mil t que deverão ser consumidas no mercado interno. Segundo estimativas da indústria brasileira, a produção de suco no corrente ano deverá chegar a 570 mil t, contra 620 mil t projetadas no início da moagem e 590 mil projetadas pelo USDA. Esta redução, segundo a indústria, teria sido causada por um maior consumo de laranja **in natura** e pela redução no rendimento industrial, em virtude da seca que ocorreu nas principais regiões produtoras de São Paulo. A oferta total estaria, assim, projetada em cerca de 650 mil t, considerando-se os estoques de 80 mil t (40 mil t no Brasil e 40 mil t no exterior).

O esquema definido pela Cacex, para a exportação de suco no ano comercial corrente, distribuiu 416 mil t pelas empresas, de acordo com o potencial de esmagamento. O preenchimento das quotas definidas inicialmente, acarretará a definição de novas quotas para as indústrias. A capacidade de esmagamento do parque industrial paulista é hoje de cerca de 230 milhões de caixas, com algo em torno de 570 extratoras instaladas (ver Gráfico 3). Pelo mesmo gráfico, pode-se constatar que o período 1978/81 foi marcado por um aumento significativo da capa-

GRÁFICO 2

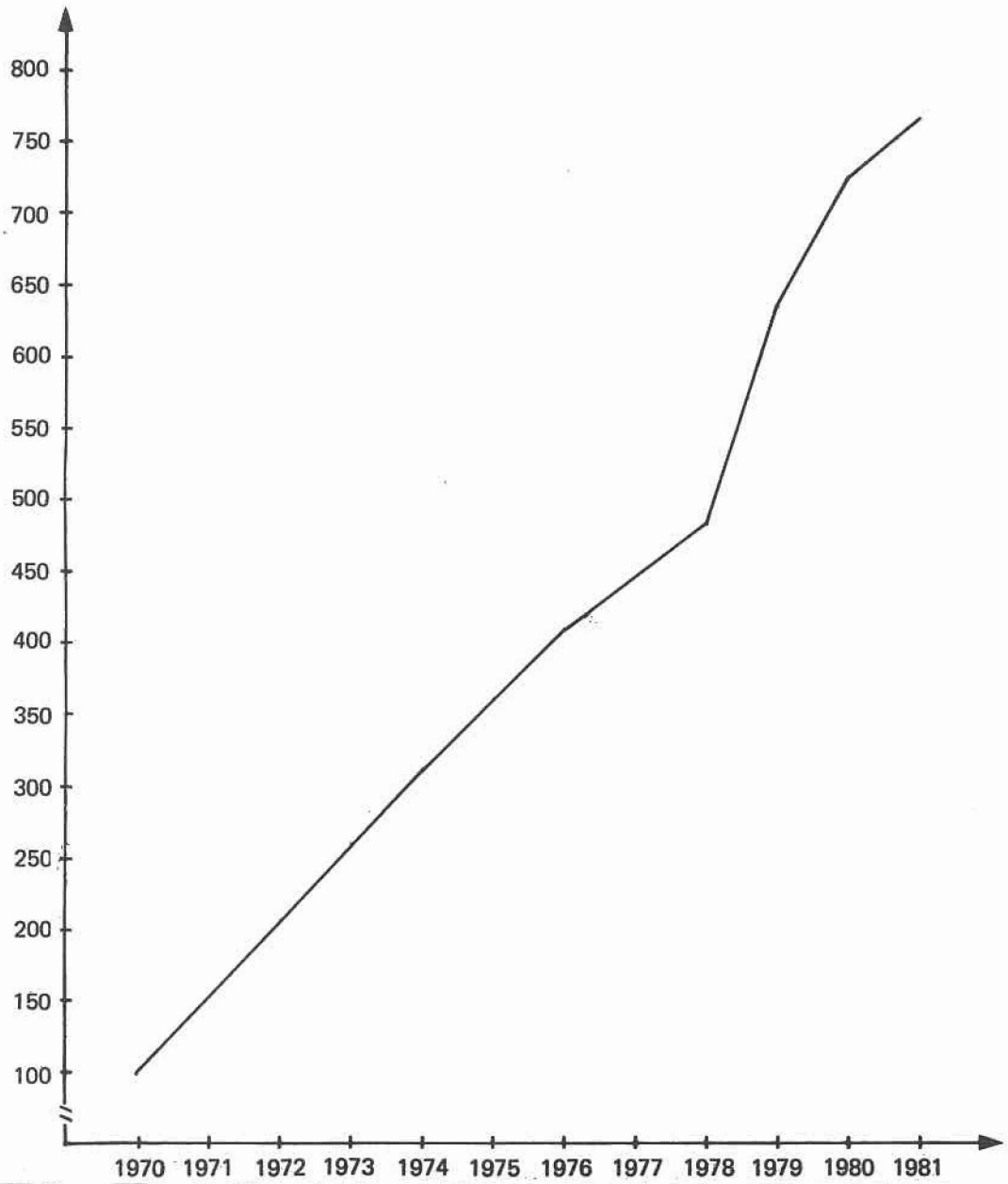
SUCO DE LARANJA – Cotações Médias Mensais do 1º Futuro – Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque US$/t (a 100º Brix)



FONTE: Unicom News.

GRÁFICO 3

SÃO PAULO: Evolução da Capacidade de Moagem da Indústria Processadora de Laranja, em Termos de Extratoras Instaladas — 1970-81 (1970 = 100)



cidade instalada de moagem da indústria paulista, em virtude da expansão ocorrida nas exportações de suco no mesmo período.

O elevado montante de investimentos feitos no Brasil, tanto no setor agrícola como no industrial, no que concerne à laranja, mostra a importância do setor para a economia do país. Mostra, também, sua vulnerabilidade, pois não se pode esperar que, todos os anos, as geadas da Flórida viabilizem o bom andamento das vendas da citricultura brasileira. A busca de novos mercados, interna e externamente, evitará que novos impasses ocorram entre citricultores e industriais, a exemplo do que aconteceu este ano, com perdas substanciais para os produtores e um profundo desgaste para todas as partes envolvidas, inclusive o próprio governo, que acabou sendo acusado de parcialidade, em favor do setor industrial.

PECUÁRIA DE CORTE

MUITO EMBORA FAVORECIDA PELAS MUDANÇAS NA POLÍTICA SETORIAL, A EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO BOI GORDO, EM 1982, NÃO DEVERÁ SATISFAZER OS PECUARISTAS. O CONTEXTO RECESSIVO DA ECONOMIA DÁ A TÔNICA DO COMPORTAMENTO DO MERCADO DE CARNE BOVINA

A política setorial implementada no ano de 1982 foi marcantemente inovadora. De modo geral, pode-se afirmar que as inovações introduzidas tiveram o objetivo precípuo de liberalizar o setor produtor de carne bovina, adequando-o mais aos conceitos básicos da economia de mercado. Assim, a retirada da Cobal da administração dos estoques de carne congelada na entressafra, o financiamento do boi em pé e o financiamento da retenção de matrizes, constituíram-se nas medidas que, no fundo, vieram atender às principais reivindicações dos pecuaristas, nos últimos anos, que consideravam excessiva a intromissão governamental no mercado de carne bovina.

Deve-se evidenciar também o senso de oportunidade do governo ao escolher o ano de 1982 para a introdução das mudanças na política setorial, tendo em vista a certeza de que, no corrente ano, haveria ainda uma oferta crescente de bois terminados. Neste sentido, a alta de preços da carne bovina, mesmo desejada pelo governo, deveria circunscrever-se aos limites naturais de uma economia estagnada com altos índices inflacionários. A escalada das cotações no mercado de futuros da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, no mês de julho, porém, acarretou uma certa preocupação na área governamental, em face da possibilidade de que os preços atingissem patamares inesperados. A reação por parte do governo, havida na época, contra o que se considerou uma especulação excessiva no mercado futuro do boi gordo, provocou um certo mal-estar entre os pecuaristas e serviu como um freio momentâneo à alta das cotações. Isto porque a resposta do governo trazia embutida a ameaça de importação, medida de que se lançaria mão, caso fosse necessário, para conter os preços.

Um outro aspecto que deve ser ressaltado da nova política setorial é o caráter anticíclico de uma dessas medidas (financiamento de retenção de matrizes). No Brasil, em relação aos preços da carne bovina, há um certo consenso de que a amplitude do ciclo tem sido excessiva, prejudicando, em fases alternadas, tanto o produtor como o consumidor. Em relação ao ciclo atual, iniciado em 1977, pode-se considerar que, a partir de fevereiro de 1981, os preços do boi gordo estão sendo francamente desestimuladores à atividade criatória. Neste período, os preços vêm-se situando no terço inferior

do ciclo, desencadeando a intensificação dos abates de matrizes (ver Gráfico 1). A contrapartida da fase baixista atual ocorreu na entressafra de 1979, quando os preços ocuparam a faixa correspondente ao terço superior do ciclo pecuário. Na época, como era de se esperar, houve uma forte reação dos consumidores, uma vez que o nível de preços atingidos no mercado retalhista foi considerado proibitivo pelos próprios pecuaristas. A propósito, destaque-se que o processo de corrosão do poder de compra da classe média, principal segmento consumidor da carne bovina, ainda não se havia iniciado, tendo em vista que a nova política salarial, que grava o segmento, iniciou-se em novembro de 1979. Ao lado da maior oferta de bois terminados, resultante de uma fase de preços elevados, a vigência da nova lei salarial e a fase de recessão geral da economia explicam a queda nos preços a partir de 1981.

Diante do exposto, as perspectivas para os próximos dois anos são de que o setor pecuarista terá que se conformar com uma faixa moderada de preços, compartilhando com os demais setores o sacrifício que será imposto à sociedade. A se concretizar esse prognóstico, o atual ciclo deverá se prolongar por mais alguns anos, e muito provavelmente interromper-se-á, pelo menos temporariamente, o caminho ascendente dos preços da carne bovina (o vale e o pico de cada ciclo situam-se, de um modo geral, em patamares superiores aos dos ciclos anteriores), ratificado pelos estudos do ciclo da pecuária bovina no país, cujos dados iniciais remontam ao ano de 1954. A corroborar essa previsão, ressaltem-se as perspectivas não muito favoráveis do mercado internacional.

Do ponto de vista dos diferentes segmentos que compõem o mercado interno da carne bovina, as reações às mudanças introduzidas na política setorial foram bem diferentes. Os pecuaristas saudaram-nas como positivas, não só pelo fato de se coadunarem mais com o livre jogo das forças de mercado mas, também, porque favoreciam a recuperação dos preços. Embora mais cautelosos, os frigoríficos também consideram positivas as medidas, tendo em vista a possibilidade imediata de levantarem recursos subsidiados e de poderem repassar aos consumidores (ainda que parcialmente) os custos da estocagem, anteriormente absorvidos pela Cobal. O segmento varejista foi o único que apresentou críticas às medidas, temeroso de que o caráter altista que elas traziam embutido pudesse reduzir o consumo, sacrificando ainda mais o setor.

Além da oferta crescente de bois terminados, que seria um freio natural a uma alta indesejada de preços, o governo contava com a retórica dos responsáveis pela área econômica para conter manipulações dos preços. Na realidade, pouco usou esse instrumento, uma vez que o inverno atípico (pouco frio e relativamente chuvoso) do corrente ano tornou-se um aliado extra, mantendo em plena entressafra um afluxo normal de bois gordos para os matadouros.

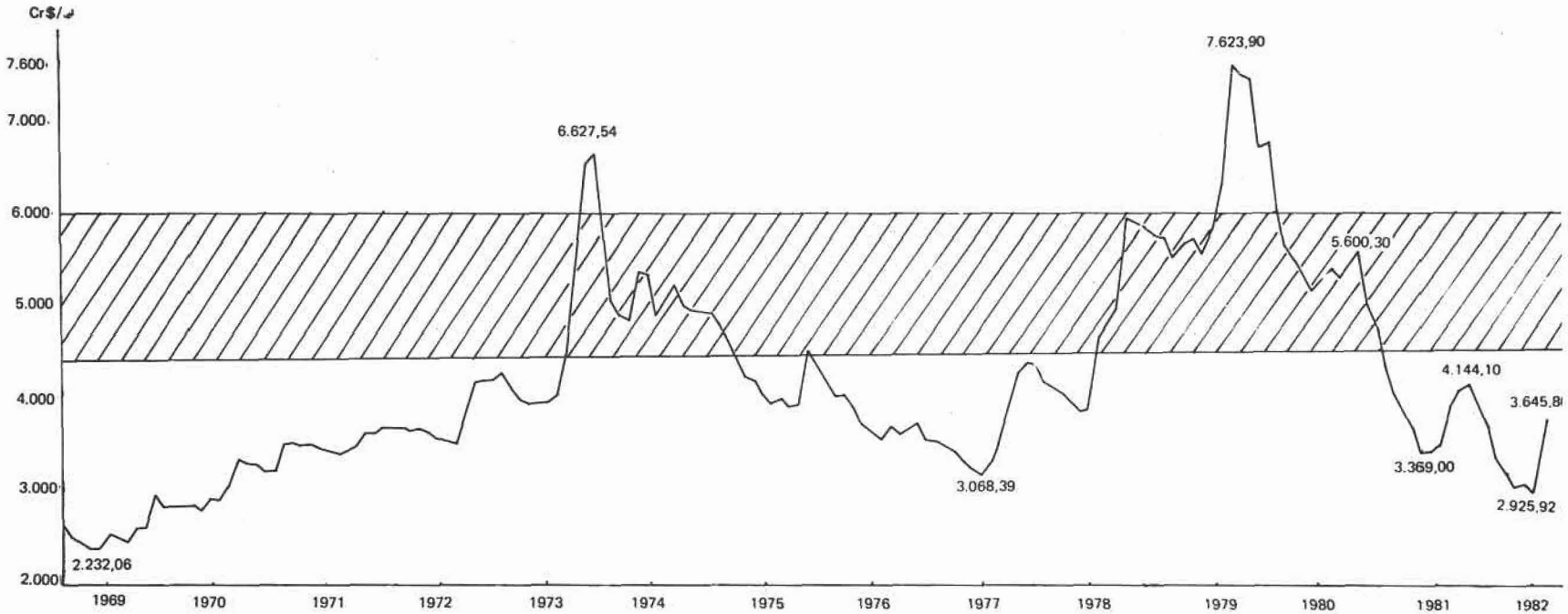
Os transtornos causados pela atipicidade do clima não se têm restringido a uma contenção da alta dos preços, mesmo aquela considerada normal em termos sazonais. A manutenção da oferta de carne resfriada em nível elevado tem prejudicado também a distribuição de carne congelada, colocando em dificuldades financeiras os frigoríficos, impossibilitados, até o momento, de saldar tantó a primeira parcela de 25%, vencida em agosto, como a de setembro, do montante de Cr$ 40 bilhões, levantado no Banco do Brasil. A primeira parcela já teve o seu vencimento diferido para dezembro; a remissão da segunda parece que também será postergada, de acordo com as negociações em andamento.

Uma avaliação dos resultados das mudanças introduzidas na política setorial torna-se difícil de ser feita, pela proximidade dos fatos, uma vez que a entressafra ainda não terminou. Pode-se adiantar, contudo, que o financiamento tanto do boi em pé, como da carne congelada provocou uma situação de oferta simultânea dos dois tipos de carnes (fresca e congelada) praticamente durante toda a entressafra. Em conseqüência, a repercussão nos preços não tem sido favorável aos pecuaristas nem aos frigoríficos; o estoque remanescente da carne congelada para 1983, nas mãos dos frigoríficos, poderá alcançar 120 mil t. Desse modo, o inverno fora do padrão, uma das causas dos transtornos no mercado, deverá constituir-se em um empecilho a mais para a detecção das falhas e acertos, de modo a orientar a política a ser implementada na próxima entressafra.

A expectativa dos pecuaristas é de que, em 1983, a política setorial, em suas linhas gerais, seja mantida. Uma pequena correção que poderá ser feita diz respeito ao financiamento de retenção de matrizes, que passaria a ser feito anualmente, con-

GRÁFICO 1

ESTADO DE SÃO PAULO — Evolução dos Preços Médios Mensais Reais[1] do Bio Gordo a Nível do Produtor (Cr$/arroba) 1969-1982



[1] Valores corrigidos pelo IGP (Coluna 2) para cruzeiros de julho de 1982.
FONTE: IEA.

dicionado à geração de crias, uma vez que o objetivo do recurso alocado não é a matriz em si, mas a carne a ser produzida pela cria. Este condicionamento influirá positivamente no índice zootécnico, pela redução do intervalo interpartos.

Em relação ao programa de estocagem de carne congelada para distribuição na entressafra, há quem advogue a necessidade do retorno da Cobal para, mediante uma reserva aproximada de 50 mil toneladas, tornar-se o fiel da balança entre os interesses dos produtores, frigoríficos e consumidores. Isto porque, embora o abastecimento, na presente entressafra, não tenha acusado transtornos maiores, devido ao inverno atípico, dificuldades poderão ocorrer, se o governo não estiver preparado para uma estação de frialdade normal.

No plano da tributação que, a partir de 1981, vem onerando fortemente o preço final da carne, o governo tem acenado com mudanças favoráveis para o ano de 1983. Atualmente, do total de 20,51% de descontos provenientes de tributos e taxas diversas, a maior parcela (16%) refere-se ao ICM. Segundo manifestações dos responsáveis pela política econômico-financeira, deverá haver uma redução substancial na alíquota do ICM da carne bovina. Essa medida está, porém, condicionada ao estudo em elaboração sobre os tributos que incidem sobre as carnes, em geral. No caso da pecuária bovina, resta saber que setor se apropriará das vantagens advindas da revisão da política tributária: se o produtor, que vem tendo seus níveis de remuneração reprimidos, ou se o consumidor, cujo poder de compra vem declinando ultimamente. A verdade é que, ao pecuarista, provavelmente deve interessar mais a retomada dos níveis de consumo do mercado interno.

Produção e Consumo

A produção brasileira de carne bovina, em 1982, volta a atingir patamar semelhante ao de 1977, ano em que houve uma matança indiscriminada de matrizes, motivada pelos baixos níveis de preços que prevaleciam no mercado, na época. O consumo interno atual, estimado em 16,3 quilogramas/habitante, ficará, no entanto, 20% abaixo do registrado naquele ano. As 380 mil toneladas que se pretendem exportar este ano constituem a razão do nível de consumo interno não se aproximar da marca verificada há cinco anos.

QUADRO 1

RIO GRANDE DO SUL E MINAS GERAIS — Abate de Bovinos nos Estabelecimentos Controlados pelo SIF
Período Janeiro a Julho — 1981-82

ANO	RIO GRANDE DO SUL				MINAS GERAIS			
	1981		1982		1981		1982	
MÊS	Fêmeas	Fêmeas + Machos	Fêmeas	Fêmeas + Machos	Fêmeas	Fêmeas + Machos	Fêmeas	Fêmeas + Machos
Jan	21.156	74.749	39.911	111.423	25.430	62.677	53.601	94.399
Fev	22.706	82.262	40.204	104.300	31.537	88.917	62.688	121.107
Mar	31.884	129.566	64.055	160.889	39.321	137.139	69.201	154.394
Abr	39.898	159.931	65.334	178.306	36.077	132.593	63.095	147.436
Mai	50.720	156.965	102.004	207.370	33.174	150.181	68.356	190.037
Jun	54.746	117.398	67.474	130.722	28.308	101.174	66.127	176.711
Jul	23.705	60.151	40.433	88.632	38.269	116.609	62.255	133.595
TOTAL	244.815	781.022	419.415	981.642	232.116	789.290	445.323	1.017.679
%	31,35	100,00	42,73	100,00	29,41	100,00	43,76	100,00

FONTE: CEPA-RS e CEPA-MG.

Muito embora o retorno do Brasil ao mercado internacional de carne bovina tenha ocorrido numa fase de preços depressivos, não se pode imaginar o que teria havido em termos de queda de preços, se toda a produção fosse direcionada ao mercado interno. Isto porque, se, em 1977, quando houve a reversão do ciclo pecuário bovino, os preços do boi gordo atingiram um vale de Cr$ 3.068,39/arroba, em 1982, com todo o enxugamento do mercado (cerca de 16% da produção serão destinados ao exterior), os preços em junho ficaram abaixo da casa dos Cr$ 3.000,00/arroba (ver Gráfico 1). À compressão salarial da classe média (principal segmento consumidor de carne bovina), reflexo da recessão econômica por que passa o país, pode ser imputada a culpa de que os níveis de remuneração do produtor tenham declinado tanto. Esta constatação assume significado mais dramático quando se considera que, em razão do retorno do país ao mercado internacional(*), a disponibilidade interna no corrente ano mantém-se em nível bem mais baixo do que em 1977.

Paralelamente, as considerações que poderiam ser feitas a respeito dessa queda na remuneração do produtor convergiriam para a questão da eficiência da atividade criatória, no país. Se bem que não estejam disponíveis as evidências numéricas, pode-se afirmar que há fortes indícios de que a produtividade da pecuária bovina de corte vem obtendo avanços nos últimos anos, principalmente em determinadas regiões tradicionais como Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Muito provavelmente, os produtores que aumentaram a produtividade de seus rebanhos, mediante a utilização mais intensa dos fatores de produção mais baratos, estarão atravessando a fase atual sem maiores percalços econômico-financeiros. A importância desse ângulo da questão avulta, quando se consideram os anos críticos que a economia brasileira ainda terá pela frente.

Além da crise econômica, a eficiência da avicultura — agro-atividade industrial por excelência — deve ser e tem sido o outro fator a "forçar" a pecuária de corte brasileira a melhorar a sua eficiência. O marco de dois terços na relação de produção carne avícola/carne bovina, a ser atingido no corrente ano, deverá constituir um alerta aos pecuaristas quanto ao futuro do mercado interno, responsável pela absorção de mais de 80% da carne produzida no país.

Do ponto de vista do consumidor, a carne de frango tem-se constituído na solução para o achatamento havido no poder de compra da população, uma vez que vem compensando a estagnação (e, mesmo, o retrocesso) da disponibilidade interna **per capita** de carne bovina. A recente iniciativa governamental de subsidiar o milho para, reduzindo

(*) Se o volume exportado no corrente ano atingir 380 mil t em equivalente-carcaça, superará em 108% o montante exportado em 1977.

QUADRO 2

ESTADO DE SÃO PAULO — Abate de Bovinos nos Dois Primeiros Quadrimestres — 1981-82

Ano	1981		1982	
Mês	Fêmeas	Fêmeas + Machos	Fêmeas	Fêmeas + Machos
Janeiro	26.144	149.796	51.793	187.503
Fevereiro	23.196	143.903	41.523	153.113
Março	29.460	244.056	42.347	205.454
Abril	26.099	292.014	46.778	202.373
Maio	25.577	297.744	54.777	258.491
Junho	22.696	198.951	50.116	228.790
Julho	31.067	188.924	46.579	191.339
Agosto	30.592	157.679	45.863	170.854
Total	214.831	1.673.067	379.776	1.597.917
%	12,84	100,00	23,80	100,00

FONTE: Sindicato da Indústria do Frio, no Estado de São Paulo.

custos, estimular ainda mais a produção avícola, constituirá um reforço adicional, no poder de competição da carne de frango perante a de boi.

Preços

Após atravessar todo o ano passado entregando bois gordos a preços pouco remuneradores, os pecuaristas alimentavam a esperança de que, no corrente ano, dar-se-ia a reversão de preços do ciclo atual da pecuária bovina, iniciado em 1977. Em apoio a essa expectativa estaria a intensificação dos abates de matrizes que, depois de ensaiar um crescimento pequeno durante quase todo o ano de 1981, acusou um recrudescimento no corrente ano (ver Quadros 1 e 2).

A esperança, porém, começou a configurar-se em certeza, com o reforço extra advindo das modificações da política setorial, implementadas no primeiro semestre. A perspectiva de aumento de 50% nas exportações constituiu o arremate final no quadro de euforia, vivido pelo setor nos meses de junho, julho e agosto. A escalada dos preços no mercado a termo do boi gordo na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, motivo da reação governamental mencionada anteriormente, foi o resultado mais nítido dessa euforia. O caráter benigno do inverno recém-findo tratou logo de podar os excessos da euforia, trazendo os pecuaristas à realidade mais consentânea com a fase difícil por que passa a economia do país.

Assim, a esperada reversão de preços não deverá acontecer no corrente ano. Isto porque os preços no mês de setembro e começo de outubro (em torno de Cr$ 4.000,00/@) já mostraram sinais de arrefecimento, evidenciando indícios de que o preço acima de Cr$ 5.000/arroba, alcançado no mercado a termo para outubro, provavelmente não se confirmará. Aliás, no período janeiro/agosto de 1982, o preço médio mensal real do boi gordo (Cr$ . . . 3.274,48/arroba) ficou 15,2% abaixo do preço médio registrado em igual período do ano passado.

O volume de recursos e sua disponibilidade para o setor serão determinados pelo grau de agravamento da crise econômico-financeira do país. Em conseqüência, a continuidade da política setorial recém-inaugurada dependerá fundamentalmente desse pano de fundo da economia como um todo. Obviamente, o prolongamento ou a interrupção do abate de matrizes, no mesmo ritmo (elevado) atual, dependerá da decisão governamental de apoiar o setor. É bom lembrar, contudo, que a continuação dos abates indiscriminados de fêmeas em 1983, aumentando a oferta de carne, não favorecerá a retomada imediata dos preços. As conseqüências dessa tendência virão, obviamente, por etapas: em 1983, escassearão os bezerros; em 1984, será a vez dos novilhos terem a sua oferta reduzida; em 1984

QUADRO 3

CARNE BOVINA – Exportações Brasileiras no Período Janeiro/Julho – 1980-82

Ano	Discriminação	Quantidade (t)	Valor (US$ 1.000 FOB)	Preço Médio (US$/t)
1980	carne in natura	960	4.084	4.254,17
	carne industrializada	38.167	125.323	3.283,54
1981	carne in natura	14.300	42.935	3.002,45
	carne industrializada	44.718	141.980	3.175,01
1982	carne in natura	47.309	97.071	2.051,85
	carne industrializada	51.783	125.680	2.427,05

FONTE: CACEX.

e 1985, com a redução numérica de bois gordos, haverá menor oferta de carne em nível de consumo. A ratificação desse prognóstico, contudo, dependerá do comportamento dos preços, em 1983. A sua oscilação, nos últimos anos, tem sido reflexo das decisões governamentais, que afetam o consumidor, e da política setorial, ambas condicionadas às medidas recessivas ditadas pela conjuntura econômica do país.

Esta questão, vista do ângulo do consumidor, está vinculada às modificações na política salarial, que provavelmente serão introduzidas no país, a partir de 1983. Atualmente, pode-se afirmar que, em função da política salarial vigente, se o salário mínimo cresce em termos reais, a renda familiar não apresenta a mesma tendência, mormente em relação à classe média que, como já foi dito, é o principal segmento consumidor da carne bovina.

Mercado Externo

Pressionado pelo desequilíbrio iminente no balanço de pagamentos, o governo tem lançado mão de todos os meios para aumentar o ingresso de dólares no país. No caso da carne bovina, o aumento da produção interna, em função da expansão cíclica do rebanho, motivada pela ascensão de preços a partir de 1978, criou a possibilidade do reingresso do país no mercado internacional, já em 1980. A crescente disponibilidade interna de carne de frango daria o respaldo a que um maior volume da carne considerada mais nobre fosse direcionado ao mercado externo, sem que se elevasse o déficit do abastecimento interno de carnes.

Acontece que, em razão da crise que se abateu sobre a economia mundial, a partir de 1979, os países desenvolvidos, principais importadores de carne bovina, passaram a tomar uma atitude idêntica de redução do consumo do produto, em favor das carnes de frango e de suínos. Como o volume de carne bovina transacionado no mercado internacional é relativamente pequeno, quaisquer medidas restritivas por parte dos países importadores, ou qualquer aumento da oferta, por pequena que seja, dos exportadores, provoca uma queda desproporcional nos preços internacionais do produto. Neste sentido, a época escolhida para a reentrada do Brasil no mercado internacional foi desfavorável, uma vez que os preços da carne bovina, a exemplo da maioria das **commodities** agrícolas, vêm-se deteriorando fortemente nos últimos anos. O Quadro 3 apresenta o montante de divisas arrecadado com a exportação de carne bovina nos primeiros meses de 1982, evidenciando o quanto deixou de ingressar no país, pelo declínio nos preços internacionais. Aos mesmos preços de 1980, a quantidade de carne exportada no

QUADRO 4

CARNE BOVINA[1] — Principais Países e Regiões Importadores 1979-81 (1.000 t)

	1979	1980	1981[2]
EUA	1.103	946	799
CEE	1.607	1.560	1.406
URSS	250	405	421
Japão	185	174	165
Total	3.145	3.085	2.791
Outros países	637	443	514
Total Geral	3.782	3.528	3.305

[1] Quantidade em equivalente-carcaça.
[2] Dados preliminares.
FONTE: USDA.

período janeiro/julho do ano corrente corresponderia a um montante de US$ 371,3 milhões, 66,6% a mais do que a receita atual.

Os mercados alternativos(*) constituem uma saída para os países que se pretendem firmar como exportadores de carne bovina. Se bem que, em conjunto, representem apenas 300 mil t (menos de 10% do volume de carne bovina transacionado internacionalmente), esses mercados mostraram uma forte expansão na década de 70. A disputa desse mercado emergente deve constituir-se no objetivo dos exportadores brasileiros.

Por outro lado, a retomada do ritmo normal das importações por parte dos mercados mais expressivos (CEE, EUA, URSS e Japão) que representaram cerca de 85% das importações mundiais de carne em 1981 (ver Quadro 4) depende fundamentalmente de uma re-estruturação da ordem econômica mundial.

(*) Coréia, Kuwait, Arábia Saudita, Egito, Líbia, Argélia, Costa do Marfim, Gana, Iraque e Nigéria.

PECUÁRIA DE LEITE

O LEITE É PRATICAMENTE O ÚNICO PRODUTO AGRÍCOLA TABELADO E, EM BREVE, O GOVERNO FEDERAL DEVERÁ OPTAR ENTRE UM AUMENTO SUBSTANCIAL DE SEUS PREÇOS E A LIBERAÇÃO DA TABELA. AMBAS AS OPÇÕES TERÃO GRANDES REPERCUSSÕES, AFINAL, EMBORA NUNCA TENHA RECEBIDO A DEVIDA ATENÇÃO, O LEITE É O ALIMENTO MAIS IMPORTANTE PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Do ponto de vista do pecuarista produtor de leite, há fundados receios de que mais um ano termine sem que ao menos seja esboçada a formulação de uma política de longo prazo para o setor, que contemple, de forma racional, todos os elos que compõem a complexa cadeia do alimento-leite, do estábulo de ordenha à mesa do consumidor (ver **Agroanalysis**, vol. 5, nº 9). E isto, apesar dos inúmeros encontros, congressos e seminários, com a participação de representantes governamentais e demais interessados, nos quais os problemas fundamentais do setor são levantados e sugestões para o equacionamento dessa política são feitas. Do contexto dos debates travados nessas reuniões, remanesce a paradoxal questão da ocorrência esporádica de "excedente" do precioso alimento, num país em que o subconsumo é crônico e notório. Esse fato se verifica sempre que, em resposta a preços remuneradores, há um acréscimo da produção, o qual, por mínimo que seja, provoca um reboliço enorme entre os responsáveis pela política de preços no país.

Na realidade, o paradoxo da questão está na classificação como excedente desse "delta" a mais da produção, num país em que a disponibilidade interna, em 1979, foi 240 g/hab/dia, isto é, 40% menos do que o padrão mínimo de consumo recomendado pela Organização Mundial de Saúde.

A última vez que esse fenômeno aconteceu foi em meados de 1981, quando, em razão da correção dos preços havida nos meses de janeiro, abril e junho, iniciou-se um processo de recuperação da produção. Aliás, essas medidas corretivas resultaram da constatação de que a sistemática de importação do leite em pó para suprir o déficit do abastecimento era muito mais onerosa para o país. No entanto, desta vez, como das outras, a conseqüência da expansão da produção não se restringiu à desativação imediata da política de correção realista dos preços pagos aos produtores. Foi mais longe, promovendo a penalização dos produtores, ao transferir para sua responsabilidade o pagamento do transporte do segundo percurso. O nível dos preços atuais mostra que a coerência das medidas desestimuladoras do setor produtivo se prolonga até hoje, uma vez que a remuneração de Cr$ 44,00/litro de leite-consumo e Cr$ 41,00/litro de leite-indústria, correspondem a uma cor-

reção de 51,7% e 51,8% sobre os preços vigentes em junho de 1981*. Essa queda nos preços, na verdade, torna-se maior quando se considera o desconto relativo ao transporte do segundo percurso, que passou a ser feito sobre o preço de tabela, a partir de setembro de 1981. Assim, o produtor riograndense, por exemplo, recebe atualmente cerca de Cr$ 35,00/litro, 34,7% acima do que recebia em junho de 1981. A conseqüência, como seria de esperar, tem sido o declínio generalizado da produção (ver Quadros 1, 2, 3 e 4).

QUADRO 1

MINAS GERAIS – Produção Mensal de Leite Inspecionado(*) – Período Janeiro a Agosto – 1981-82 (1.000 litros)

Mês \ Ano	1981	1982
Jan.	220.809	221.081
Fev.	216.483	182.255
Mar.	217.866	190.853
Abr.	195.711	180.422
Mai.	187.910	169.341
Jun.	164.906	159.080
Jul.	177.819	164.309
Ago.	171.669	169.290
Total	1.553.173	1.436.631

(*) Representa 70% da produção total do estado.
FONTE: CEPA-MG.

Diante do exposto, pode-se dizer que o tema atual de todas as reivindicações dos produtores centra-se na questão dos preços. Essa convergência de opiniões, aliás, não poderia ser outra, quando se considera a perda do poder de compra dos produtores em face do aviltamento do preço do leite mas, também, porque, na realidade, a política setorial do leite no Brasil parece restringir-se ao controle dos preços do produto. Assim, tendo em vista que o leite é praticamente o único produto agrícola que subsiste com preços tabelados, os debates travados no âmbito dos produtores giram em torno da liberação ou não dos preços. Em novembro, muito provavelmente, a questão dos preços voltará à baila e o governo terá que enfrentar o dilema: conceder um aumento substancial dos preços ou liberá-los da tabela. Qualquer opção acarretará transtornos de monta, tanto do ponto de vista econômico-financeiro, como do social. Destaque-se que a situação chegou a esse ponto porque o tratamento governamental ao leite jamais equivaleu à real importância que o produto deveria ter como alimento básico da população.

QUADRO 2

PARANÁ – Recebimento Mensal de Leite pelos Laticínios (1.000 litros)

Mês \ Ano	1981	1982
Janeiro	39.678	35.129
Fevereiro	34.652	28.905
Março	35.753	30.943
Abril	29.294	27.065
Maio	29.599	24.951
Junho	27.547	24.165
Julho	26.739	27.889
Agosto	26.801	29.869
Setembro	27.823	30.327
Total	277.886	229.243

FONTE: DERAL/CEPA-PR.

Uma análise mais detalhada da situação dos preços evidencia um maior grau de complexidade, no que se refere às reações dos produtores em função das medidas que o governo tomará em novembro. Se não houver liberação dos preços, há três comportamentos passíveis de serem adotados pelo governo. Primeiro, a manutenção dos preços até o início de 1983. Nesta hipótese, obviamente, haverá uma queda da produção, o que, impedindo a formação de uma reserva, acarretará a importação do produto para suprir o déficit do abastecimento interno na próxima entressafra. Segundo, a correção do preço, mas a um nível a ser ditado mais pela influência que possa ter no índice inflacionário do que pela necessidade de se estimular a produção. Neste caso, à semelhança do primeiro, a produção

* A inflação no período entre junho de 1981 e setembro de 1982 foi de 129,9%.

QUADRO 3

GRANDE SÃO PAULO – Distribuição Mensal de Leite (Tipos B e Especial) – Período Janeiro a Agosto – 1981-82 (1.000 litros)

Ano	1981		1982	
Mês	B	B + Especial	B	B + Especial
Janeiro	19.426	52.132	17.571	51.696
Fevereiro	17.300	49.457	15.281	47.337
Março	18.914	54.395	17.085	54.186
Abril	18.905	52.011	16.796	51.165
Maio	18.101	54.617	16.597	48.883
Junho	19.462	51.826	16.898	44.810
Julho	17.741	51.392	19.235	52.346
Agosto	18.644	53.130	19.795	57.011
Total	148.493	418.960	139.258	407.434

FONTE: SUNAB, ABP Leite B.

também declinará. Em ambos os casos, porém, poderão ocorrer mudanças na estrutura de produção, com os grandes criadores passando a produzir leite B, cujos preços estão liberados. Terceiro, a concessão, pelo governo, de um reajuste realmente compensador. Nesta suposição, terão que ser acionados em tempo hábil os mecanismos para a estocagem do que for produzido a mais. Aliás, tanto a concessão de um preço remunerador da produção como a sua exclusão da tabela, acarretando aumento de produção, deverão contar com dispositivos governamentais aptos para enxugar o mercado.

Neste contexto, em que a visão oficial da questão da produção, industrialização e comercialização do leite é bastante restrita, há pontos de convergência com a reivindicação básica das partes privadas, tanto do setor leiteiro como do laticinista. Isto porque, no fundo, o pleito básico dos pecuaristas e industriais se resume na liberação dos preços do leite, em todos os níveis, desde que seja assegurada pelo governo a absorção (por um preço mínimo) do leite em pó produzido. Na verdade, esses são os dois ângulos da questão que têm sido objeto de atenção por parte do governo, muito embora insatisfatoriamente para ambos os setores. Os pecuaristas, como já foi mencionado, consideram desastroso o modo como vem sendo administrado o preço do leite. Os laticinistas, por sua vez, acham falha a política de estocagem do leite em pó e de queijos, tanto para a regularização do abastecimento na entressafra, como para distribuição à população carente, tendo em vista que os (escassos) recursos financeiros para formação dos estoques reguladores em nível correto, chegam sempre atrasados.

Mas, na verdade, toda essa discussão não fere fundo o ponto de estrangulamento da questão leiteiro/laticinista do país, que é o quase nulo

QUADRO 4

RIO GRANDE DO SUL – Produção de Leite Inspecionado – Janeiro a Junho – 1981-82 (1.000 litros)

Ano	1981	1982
Mês		
Janeiro	56.664	51.184
Fevereiro	43.984	42.445
Março	43.519	44.003
Abril	33.613	37.240
Maio	31.326	34.189
Junho	34.352	33.443
Total	243.458	242.504

FONTE: DFA/RS.

poder de compra de amplo segmento da população brasileira, estimado atualmente em 30%. A esse considerável contingente deve ser acrescido o segmento populacional de renda de um salário mínimo mensal, para o qual os gastos mensais familiares com o consumo do leite não deveriam ultrapassar a casa dos 10% da renda auferida. Esse fato torna-se relevante porque, apesar dos preços atuais do leite em nível do produtor estarem fortemente comprimidos, para não onerar demasiadamente o consumidor, os gastos com o consumo de dois litros diários de leite Especial, correspondem a Cr$ 3.780,00/mês, isto é, 22,8% do maior salário mínimo regional.

Mesmo reconhecendo que a carência alimentar desse contingente populacional não se restringe ao subconsumo de um único produto, mas estende-se a uma cesta complexa de alimentos, há que se considerar o leite como o mais importante dessa cesta. Isto devido à essencialidade do alimento para o ser humano na sua fase inicial de vida, desde a gestação (via ingestão da mãe) até o término da fase de crescimento. Na primeira infância, a imprescindibilidade do leite avulta mais ainda, uma vez que a subnutrição nesta fase deixa seqüelas no cérebro das crianças, prejudicando-as posteriormente ao longo de todo o ciclo biológico. Nas fases de escolarização, esses prejuízos surgem de forma imediata, tornando-se um obstáculo à alfabetização das crianças matriculadas nas escolas públicas na idade considerada correta, de 7 anos. Na realidade, há estudos que comprovam que, em razão da subnutrição na primeira infância, a idade mental das crianças não-alfabetizáveis é de quatro anos e meio. É, pois, na subnutrição que reside a causa principal da evasão de 56,2% das crianças matriculadas na primeira série das escolas públicas no país e do porque apenas 18% terminam a oitava série.

Neste sentido, a solução para o impasse é definir com quem ficará a responsabilidade de adquirir o aumento de produção não absorvível pelo mercado. Isto porque, uma vez acertado e mantido por longo prazo um nível de preços realmente remunerador do leite, a resposta do produtor virá de forma rápida, tal a potencialidade(*) que existe não só nas bacias leiteiras ainda não exploradas dispersas no país mas, também, nas bacias tradicionais. O exemplo mais nítido de que essa potencialidade existe, pode ser dado pelos estados de Goiás, Sergipe e Mato Grosso, cujas produções praticamente dobraram no período 1974/80 (ver Quadro 5), mesmo considerando ter sido esse um período adverso em termos de preços remuneradores. Não havendo diferenças fundamentais entre as bacias leiteiras desses estados e as demais dispersas no país, pode-se dizer que essa expansão decorreu apenas da instalação, no período, de uma infra-estrutura industrial nesses estados, a qual passou a ser uma garantia de absorção da produção.

Diante do exposto, mesmo que uma política abrangente e racional para os setores leiteiro e laticinista não seja implementada, a expansão da produção tornar-se-á viável com a aplicação de apenas duas medidas: preço remunerador ao produtor e garantia de absorção da produção. O risco maior de uma abordagem superficial da questão leiteira é provocar distorções, tais como excessos de produção localizados e estrangulamento da produção no longo prazo, pela não organização racional da estrutura produtiva.

A garantia de absorção de todo o leite produzido passou a existir com a criação do Finsocial, desde que se considere o leite como o alimento mais importante para os programas de suprimento alimentar da população carente, a serem financiados com recursos daquele Fundo. Na realidade, considerando-se os dois objetivos principais do Finsocial:

— melhoria da condição alimentar da população carente;

— melhoria das condições de vida do pequeno produtor-rural, é pertinente e oportuno afirmar que um programa de exploração da potencialidade das bacias leiteiras dos estados menos desenvolvidos poderia ser financiado com verbas do Finsocial. Tendo em vista que mais de 70% da produção de leite do país provêm de pequenos produtores (menos de 100 litros/dia), o financiamento de um programa de desenvolvimento das bacias leiteiras, via cooperativas de pequenos produtores, atingiria aqueles dois objetivos do Finsocial, com a vantagem de, desenvolvendo polos econômicos em áreas menos desenvolvidas, fugir do caráter eminentemente paternalista que marca as iniciativas distributivistas previstas pelo Fundo.

QUADRO 5

GOIÁS, SERGIPE e ACRE — Produção Anual de Leite — 1974 e 1980 (1.000 litros)

Estado \ Ano	1974	1980
Goiás	462.399	914.992
Sergipe	50.987	117.014
Acre	7.242	18.806

FONTE: FIBGE.

(*) Levantamento recente, realizado pela Secretaria da Produção Animal do Ministério da Agricultura, revela que cerca de 3 bilhões de litros de leite deixam de ser coletados anualmente no país, em razão, principalmente, de preços desestimulantes.

SUINOCULTURA

ESPERA-SE QUE OS BONS PREÇOS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES, DESDE O INÍCIO DO ANO, ACARRETEM MAIOR OFERTA DE ANIMAIS PRONTOS PARA ABATE, A PARTIR DE 1983. ESTES PREÇOS DEVERÃO MANTER-SE ELEVADOS, EM RAZÃO DO AUMENTO DA DEMANDA PELA CARNE SUÍNA, NO FIM DO ANO.

Muitas das deficiências apresentadas pela suinocultura brasileira devem-se à organização do setor, marcantemente influenciada pela existência de um oligopsônio. Tais deficiências, aliadas às restrições alimentares que a carne de porco tradicionalmente sofre, encarregam-se de justificar a aparente contradição entre o comportamento dos preços desta carne no varejo e o dos preços das outras carnes, como vem sendo observado este ano.

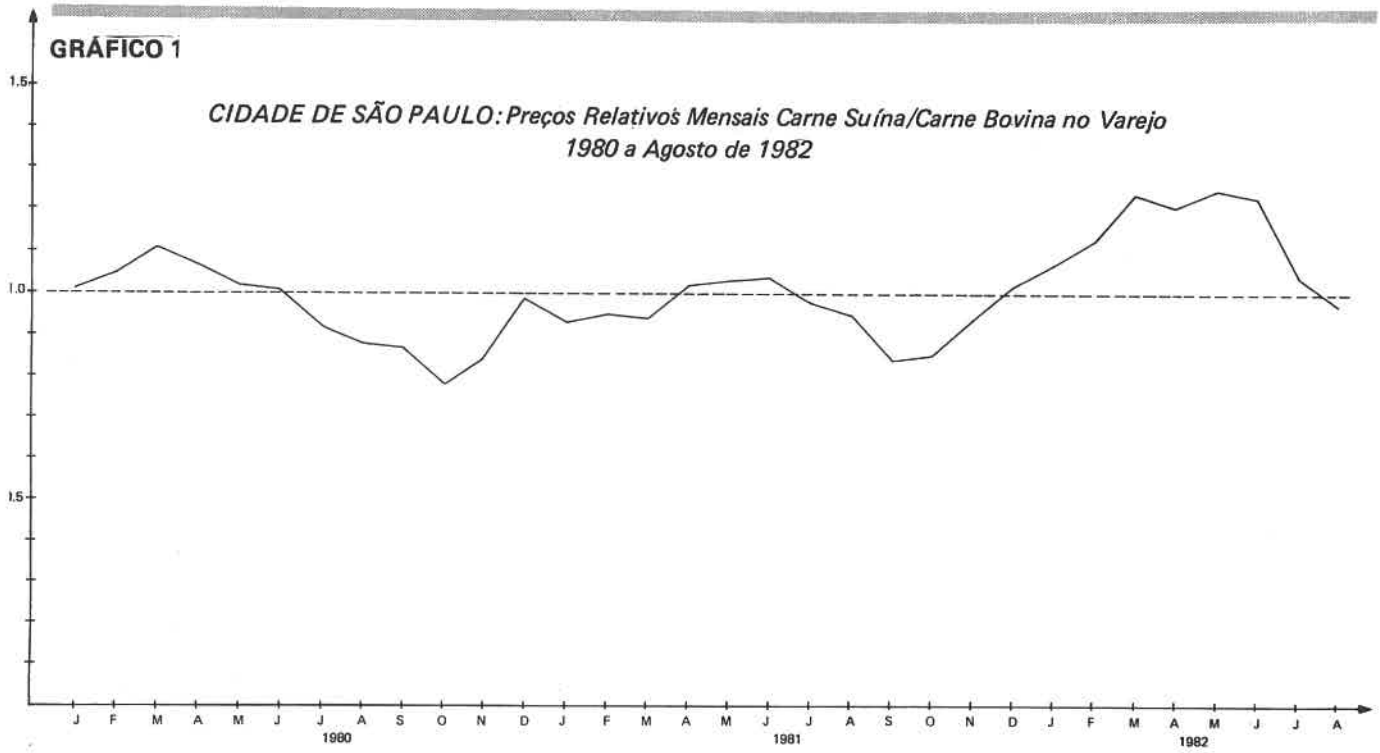
O distanciamento, por assim dizer, entre o suinocultor e o consumidor de carne de porco, é ditado pela própria estrutura deste mercado, onde um percentual muito pequeno é reservado à venda do produto **in natura**. De fato, a maioria dos subprodutos suínos comercializados passa por um processo de industrialização. Desta maneira, em época de menor oferta do suíno vivo, independentemente da tendência de preços das outras carnes observada em nível de varejo, o preço pago ao suinocultor sofre elevações equivalentes ao ágio correspondente à cobertura da defasagem entre a capacidade da indústria e a oferta desta matéria-prima. Ou seja, de modo completamente oposto ao que se vem verificando no mercado avícola, o ano corrente tem sido extremamente favorável à suinocultura, numa total reversão dos resultados financeiros obtidos em 1981 pelo criador. Todavia, a comparação com o mercado de aves deve ser feita apenas parcialmente, tendo em vista a maior duração do período de preparação do suíno para abate e a maior demora da adequação dos plantéis à alteração nos preços de mercado.

Assim, a carne suína, apesar de ser considerada um substituto da carne bovina, apresenta, em relação a esta, uma certa independência no que concerne aos preços no varejo. Ao contrário do que ocorre no mercado de aves, a relação do preço varejista da carne porcina com a carne bovina pode, como vem acontecendo este ano, apontar desvantagem para aquela junto à população, mesmo em se tratando de época em que a perda do poder de compra dos consumidores os obriga a optar por alimentos de preço mais baixo.

Através do Gráfico 1, pode-se observar o comportamento, desde janeiro de 1980, do preço relativo carne suína/carne bovina, no varejo da cidade de São Paulo. Entre dezembro de 1981 e julho de 1982, a relação se manteve acima da unidade, enquanto que o Gráfico 2 atesta que os oito primeiros meses deste ano caracterizaram-se por uma que-

GRÁFICO 1

CIDADE DE SÃO PAULO: Preços Relativos Mensais Carne Suína/Carne Bovina no Varejo 1980 a Agosto de 1982



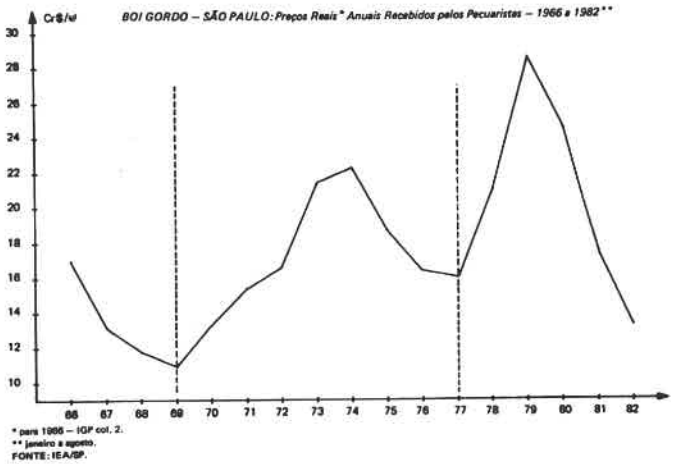
da de 15,2% nos preços recebidos pelos bovinocultores, em relação a igual período de 1981. Ou seja, enquanto o preço médio real da carne bovina, no varejo de São Paulo, entre janeiro e agosto deste ano, foi 9,5% inferior ao mesmo período de 1981 e 30% inferior ao mesmo período de 1980, o preço real da carne suína manteve-se elevado no período, 20,6% acima da média de janeiro/agosto de 1981. Desta forma, não só foi dificultada a expansão do seu consumo, como, também, alargou-se a fatia do mercado consumidor tradicional da carne bovina. Em outras palavras, se, de janeiro a agosto deste ano, o salário mínimo pôde comprar mais de 38 kg de carne bovina e quase 70 kg de carne de frango naquela cidade, a quantidade de carne suína adquirida com aquela mesma soma não ultrapassou os 33,9 kg.

Para o suinocultor, no entanto, esta defasagem entre o poder de compra da população e o preço da carne de porco é muito menos importante do que a registrada no ano passado, quando a elevada oferta de animais terminados levou ao aviltamento profundo dos preços reais recebidos, que desceram a níveis próximos ao de dez anos antes (ver Gráfico 3). Com efeito, a oferta elevada de animais terminados, aliada à própria situação recessiva da economia como um todo, causou esta queda dos preços.

A evolução desfavorável dos preços recebidos pelos suinocultores iniciou-se, na verdade, em meados de 1980, conforme atesta o comportamento do preço relativo suíno/milho desde janeiro de 1980 (ver Gráfico 4) para os três estados da região Sul. A partir de agosto daquele ano (ou seja, no início da chamada "safra de suínos") a relação deteriorou-se, não só em função da natural maior oferta de animais, como também devido ao aumento dos

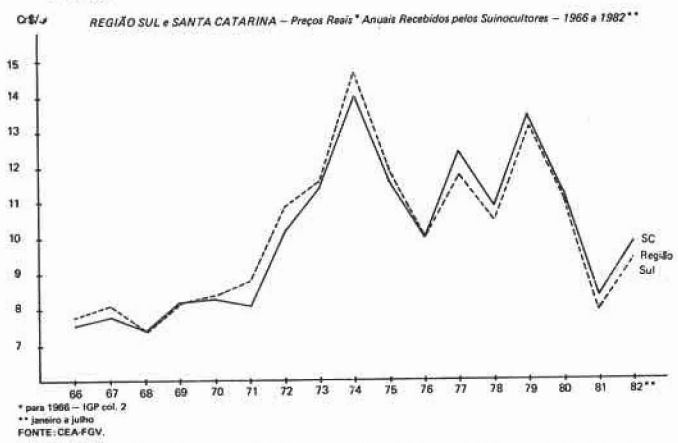
GRÁFICO 2

BOI GORDO – SÃO PAULO: Preços Reais Anuais Recebidos pelos Pecuaristas – 1966 a 1982***



* para 1966 – IGP col. 2.
** janeiro a agosto.
FONTE: IEA/SP.

GRÁFICO 3



preços do milho na entressafra. Aí reside a explicação por que, naquele ano, os abates inspecionados destes animais, na região Sul, foram 19% superiores aos de 1979. Após uma breve recuperação da lucratividade, entre março e abril de 1981 (época da colheita da safra 1980/81 de milho) este preço relativo iniciou um comportamento errático, contribuindo para manter a tendência à diminuição dos plantéis, que tivera início no segundo semestre de 1980.

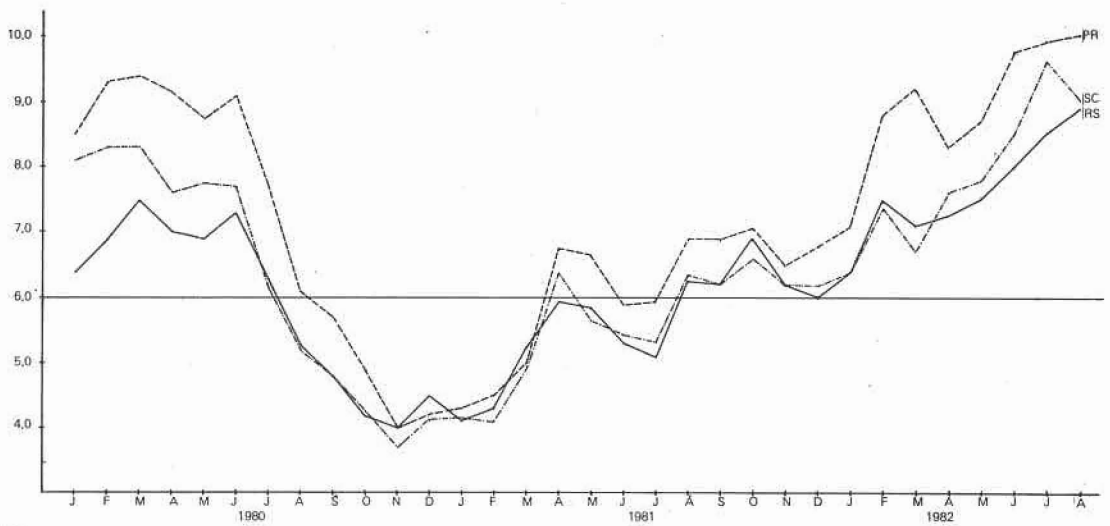
De acordo com o Gráfico 4, observa-se que a verdadeira recuperação da lucratividade dos criadores iniciou-se a partir de dezembro de 1981. De fato, considerando-se que, entre o nascimento de uma matriz e a época de abate dos animais de sua primeira parição, passam-se de 17 a 18 meses, era de se esperar que a reversão dos prejuízos viesse a acontecer nesta época, cerca de dezoito meses após o início da queda dos preços reais recebidos pelos criadores.

O Gráfico 5 confirma esta tendência, ao demonstrar como se situaram os abates ao longo dos sete primeiros meses de 1980, 1981 e 1982, na região Sul: à exceção do mês de março de 1982, os abates mensais do presente ano foram inferiores aos dos anos anteriores, como reflexo da retração da oferta de animais terminados. Com efeito, alguns abatedouros, que consideram normal operar com até 20% de capacidade ociosa, este ano vêm convivendo com taxas de inoperância de 50%, muito embora os preços reais pagos aos suinocultores sulistas, de janeiro a julho deste ano, tenham sido cerca de 17% superiores aos de igual período de 1981.

Sintomaticamente, o Departamento de Agricultura dos EUA prevê, para 1982, uma queda de 1% na produção brasileira de carne suína em relação à de 1981, devendo alcançar apenas 970 mil t. Caso este número se concretize, significará que a participação desta carne no total das carnes produzidas internamente (à exceção do pescado) decrescerá para 19%, em comparação com 22% em 1980 e

GRÁFICO 4

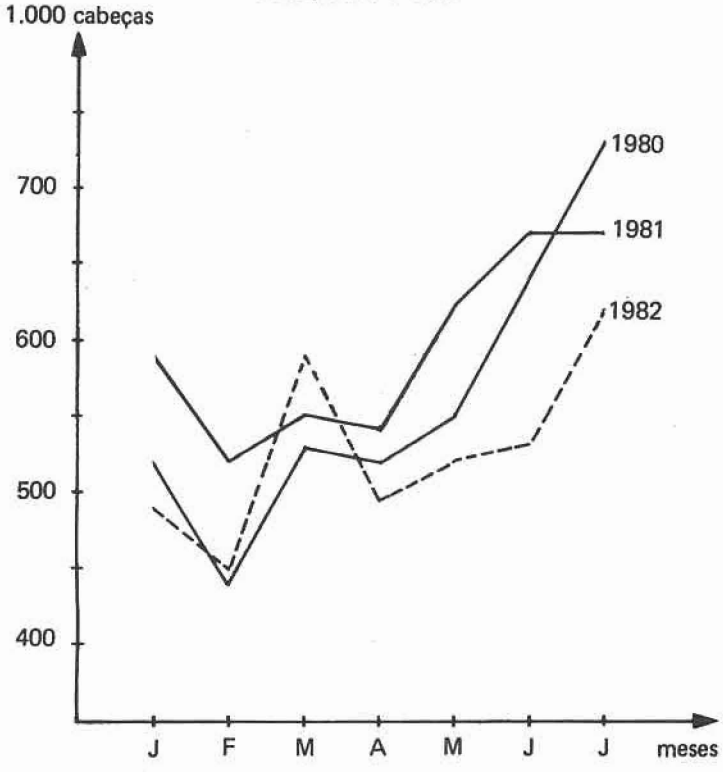
PARANÁ, SANTA CATARINA e RIO GRANDE DO SUL – Preços Relativos Suíno/Milho
Mês a Mês – 1980 a Agosto de 1982



FONTE: CEPA'S.

GRÁFICO 5

REGIÃO SUL: Abates SIF de Suínos — Janeiro a Julho — 1980, 1981 e 1982



21% em 1981.

O resultado financeiro favorável, obtido pelos suinocultores no presente ano, compõe mais uma etapa do ciclo suinícola brasileiro, cuja fase anterior estendeu-se de 1978 a 1981, como demonstra a tendência dos preços reais do suíno para corte apresentada no Gráfico 3. Cabe registrar que os preços dos suínos sofrem influências provenientes de diversas áreas econômicas, destacando-se entre elas a própria pecuária de corte, a oferta interna de milho e o mercado de óleos vegetais (devido à sua correlação com a banha de porco).

Assim, a partir de 1978, os fatos que vieram afetar os preços recebidos pelos suinocultores foram os seguintes: 1) a peste suína africana, responsável pela queda dos preços em 1978; 2) redução dos plantéis em 1978, acarretando um aumento dos preços em 1979; 3) aumento da produção em 1979 e fechamento das exportações, provocando nova redução dos preços em 1980, que também foi influenciada pelo processo de baixa dos preços da carne bovina, verificado naquele ano; 4) a recessão econômica, ao lado da vertiginosa diminuição nos preços reais do boi gordo e da elevada oferta de suínos terminados no ano passado, manteve baixos os preços recebidos.

É difícil acreditar, no entanto, que o suinocultor, embora ciente de que o aumento da produção irá acarretar depreciação do valor do animal, tenha deixado de aumentar seus plantéis este ano. À exceção das regiões dominadas pelas estruturas integradas de produção, parece provável que o criador de suínos, impulsionado não só pelas elevadas cotações alcançadas pelo animal como, também, pela folgada oferta de milho, tenha aumentado o número de seus animais em produção. Respaldam esta possibilidade o fato de a atividade ainda ser caracteristicamente desorganizada e de os preços do milho, este ano, terem incentivado amplamente a engorda dos animais.

Desta maneira, é bastante provável que a euforia causada pelos bons preços recebidos desde o início do ano leve a uma maior oferta de animais prontos para abate, a partir de meados de 1983. Além disso, os últimos meses do ano são tradicionalmente caracterizados por um aumento da demanda pela carne suína, o que certamente manterá elevada a cotação do porco em pé. Até o início do próximo ano, a relação de preços suíno/milho deverá continuar a favorecer o criador: a oferta de milho deverá continuar satisfatória até a entrada da nova safra, devendo os seus preços registrar ascensão moderada na presente entressafra, visto que o governo detém significativo estoque do produto e já iniciou sua colocação no mercado.

Como ainda é remota a perspectiva de que, a curto ou médio prazo, reiniciem-se as exportações brasileiras de carne de porco, pode-se esperar um aumento da sua oferta no mercado interno a partir do segundo semestre de 1983, o que, sem dúvida, levará à queda dos preços pagos ao produtor. Por outro lado, se o aumento real dos preços do boi gordo na entressafra do próximo ano for mais marcante, as perspectivas não serão tão desfavoráveis aos suinocultores. Essa melhoria de perspectivas não será suficiente, no entanto, para descaracterizar a suinocultura como atividade incerta, em um país onde, infelizmente, a ingestão de proteínas animais permanece em níveis extremamente baixos.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Comportamento dos Futuros
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	Tendência	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	11,66	5,90	5,75	5,60		6,23			6,90		7,49		7,81		8,05		↘	Suspensão de exportações brasileiras e importações de Cuba favorecem tendência de alta dos preços.
ALGODÃO 1-1/16" M-Memphis MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	60,25	59,28	59,30	59,12		63,43		65,49			67,63		69,12		70,73		→	– Consumo norte-americano continua em queda. – Exportações dos EUA, em 1982/83, deverão ser inferiores às da atual temporada, caso o dólar se mantenha valorizado. – As seguidas quedas na "prime rate" ainda não surtiram efeito no nível de negócios da indústria.
CACAU BAHIA MERC.–N.Y. US$/tonelada Fonte: Unicom	2126,15	1561,48	1563,25	1536,40				1561,48			1625,29		1664,76		1703,10		↘	– Preços caindo rapidamente depois que o suporte de US$ 1.500/t do 1º futuro foi rompido. – Notícias de quebra de safra na África poderão amenizar a queda.
CAFÉ SANTOS MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	117,57	134,28	138,02	142,11				134,28			127,01		121,69		118,18		↘	O mercado tem registrado grande número de operações de venda ordenadas por especuladores que procuram aproveitar a alta das últimas semanas para a realização de lucros.

NOTA: Spot de Cacau e Café suspenso. As posições da Última Semana, Última Quinzena e do Mês Anterior referem-se a futuro 1ª entrega.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	Tendência	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	271,40	240,82	237,61	119,70	223,57			224,50			240,38		250,64		257,15			Queda na previsão das importações soviéticas de grãos para 40 milhões de t deprime o mercado.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	649,60	590,46	586,30	582,25	547,18		548,77		565,23		578,44		591,05		601,20			– Pressão da colheita nos EUA. – O USDA está projetando um aumento de 3% nas exportações de grãos e 6% de crescimento na moagem interna em comparação a 1981/82.
SOJA FARELO MERC.–CHIC. US$/tonelada Fonte: Unicom	188,69	160,20	158,92	155,20	157,95	156,97		161,60	164,21		167,44		170,99		174,13			– Os atuais baixos preços poderão estimular o aumento do consumo. – Redução na oferta brasileira, nos próximos meses.
TRIGO SOFT RED MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	386,54	323,83	316,98	314,63	327,82			342,40			345,98		370,38		372,58			– Oferta adicional de grãos americanos à URSS, depois do anúncio de vendas da CEE e Canadá aos soviéticos. – Acirramento da disputa pelo mercado, entre os países vendedores.

Agroanalysis, 6(10/11): 50-55, outubro-novembro/1982

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	4015,52	4622,27	4650,00	4650,00	↗	– Algodões de melhores tipos já são escassos no mercado. – Indústria sem estoque será forçada a comprar algodões nordestinos a preços superiores aos praticados no Centro-Sul.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	5134,99	5740,91	5900,00	5900,00	↗	Oferta dos estoques oficiais mantém o mercado bem abastecido, mas ocorrerão altas nominais.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc. 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	18055,05	20982,27	21043,33	20996,00	→	Preço do 1º futuro colado ao suporte efetivo do IBC.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA-SP	4875,00	4154,55	4116,67	4200,00	↘	– Fim da entressafra. – Oferta simultânea de carne congelada e carne resfriada. – Dificuldade de repasse dos preços no mercado varejista.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

NOTA: Cotações de Algodão correspondem a 1º Futuro.

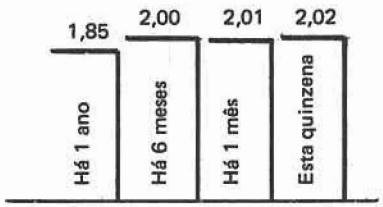
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza sujetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Carioquinha Especial MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	11992,50	5500,00	5425,00	5470,00	↘	– Mercado tendendo a se acomodar no nível do preço mínimo. – A nova safra e os estoques do governo não permitirão maiores altas.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	145,28	124,50	124,50	124,50	→	Dificuldades encontradas pelas exportações aliadas à fraca demanda interna têm impedido que se verifique a alta sazonal do preço da ave.
MILHO Amarelo Semiduro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	1565,85	1372,95	1400,00	1400,00	→	Desova dos estoques de milho da CFP susta a alta do preço, normal em época de entressafra.
SOJA - GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	2622,28	2233,57	2255,42	2307,00	→	Mercado encontra-se pouco movimentado. Às baixas cotações vigentes, os produtores não se mostram dispostos a negociar o restante da soja ainda em suas mãos.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

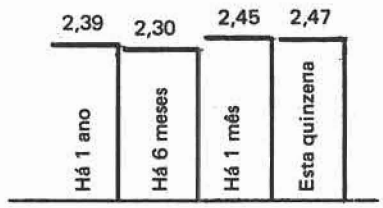
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

Algodão
Soja



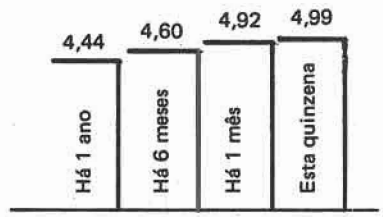
Durante a última quinzena, as cotações da soja permaneceram em patamar levemente inferior ao da posição média do mês em questão, em virtude da intensificação da colheita da safra nos EUA. Por seu turno, o mercado de algodão manteve-se estabilizado no período, visto o seu suprimento encontrar-se folgado, pela conjugação de grandes excedentes do produto a uma fraca demanda internacional. Desta forma, elevou-se ligeiramente o preço relativo algodão/soja na última quinzena em relação à posição do mês anterior.

Soja
Milho



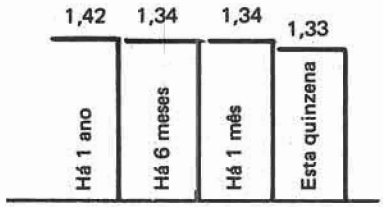
Anúncios repetidos de que a URSS tem a franca intenção de comprar o mínimo possível do cereal norte-americano nesta temporada, aliados à informação de que a safra norte-americana de milho deste ano alcançará novo recorde, têm mantido a tendência baixista da cotação do produto. A conjugação destes fatos ao fator acima mencionado para a oleaginosa responde pelo ligeiro aumento da relação soja/milho na quinzena, em relação à posição média do mês considerado.

Algodão
Milho



Os fatores ponderáveis anteriormente mencionados, de queda para o preço do milho e de estabilidade para o do algodão, justificam o ligeiro aumento do preço relativo algodão/milho, na última quinzena, se comparado à média do referido mês. Em relação à posição de 6 meses antes, verifica-se uma queda de 3,4% nas cotações da malvácea, se comparadas com a posição da última quinzena. Esta tendência de queda se explica pelo agravamento da crise econômica mundial e pelas excelentes safras do produto que se vêm obtendo mundialmente.

Trigo
Milho

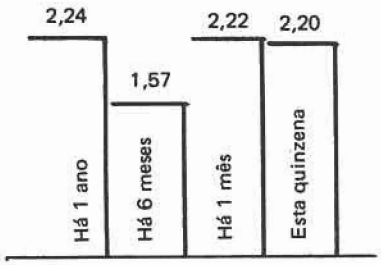


A queda de 2,1% verificada nas cotações do trigo na última quinzena, em relação à posição média do mês, foi decorrente da grande concorrência entre os países exportadores do produto. A associação deste fato à queda de 1,3% nas cotações do milho resultou no leve declínio da relação trigo/milho no período em questão, que também encontra-se inferior ao patamar de um ano antes.

FONTES: Algodão: Unicom, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Unicom, Commodity Year Book.

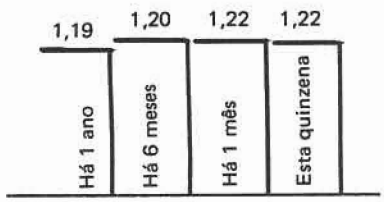
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

Boi Gordo
Frango Vivo



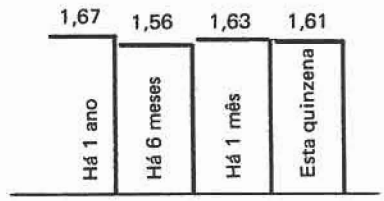
Levemente inferior ao preço relativo médio do mês, a relação boi gordo/frango vivo desta quinzena reflete uma queda havida no preço do boi gordo no período considerado, enquanto manteve-se estável a cotação do frango vivo. A queda na cotação do boi gordo pode ser explicada pela oferta simultânea de carnes fresca e congelada nos principais mercados do país, uma vez que o inverno pouco rigoroso não reduziu a capacidade alimentar dos pastos, mantendo a oferta de boi gordo em nível atípico para a ocasião.

Frango Vivo
Ração Ave Corte



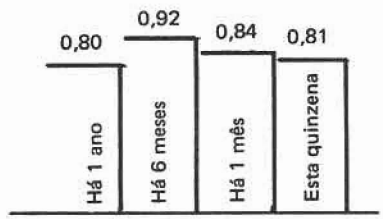
Assim como o preço do frango vivo manteve-se inalterado esta quinzena, em comparação com o valor médio do mês, o mesmo verificou-se em relação ao preço da ração para ave de corte, já que, no período, os principais componentes deste alimento (o milho e a soja) mantiveram suas cotações praticamente inalteradas. E, embora os avicultores se digam envolvidos em prejuízos financeiros, observa-se que a posição do atual preço relativo é superior àquela verificada há um ano, o que significa que a lucratividade desta exploração evoluiu favoravelmente no período.

Soja
Milho



A queda do preço relativo soja/milho desta quinzena em relação ao precedente explica-se, basicamente, pelo aumento verificado no preço do cereal, que evoluiu 2,0% no período. Esta alta, normal em época de entressafra, reflete, porém, em sua moderação, o efeito desacelerador do aumento das cotações que tem tido a colocação dos estoques da CFP no mercado. Já a soja apresentou-se praticamente estável no período considerado, visto as margens retraídas de esmagamento das indústrias virem mantendo o mercado pouco movimentado.

Feijão Preto
Feijão Carioquinha



A cotação do feijão preto sofreu uma queda de 4,9% nos últimos quinze dias em comparação com a média do mês, enquanto que o feijão carioquinha depreciou-se em 1,4%. Conseqüentemente, diminuiu o preço relativo destes dois produtos no período, aproximando-se do patamar observado há um ano. Ambos os tipos da leguminosa sofrem, assim, em suas cotações, as conseqüências da elevada quantidade do produto estocado pelo governo, especialmente no caso do feijão preto, que compõe cerca de 50% do total ao final da atual safra.

FONTES: Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA. Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

Composto e Impresso na

COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ARTES
GRAFICAS
RUA RIACHUELO ,128 TEL. 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 — Rio de Janeiro — RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Aldo Batista Franco, Carlos Medeiros Silva, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Octávio Gouvêa de Bulhões. Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Manoel Fernando Thompson Motta.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Numan, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

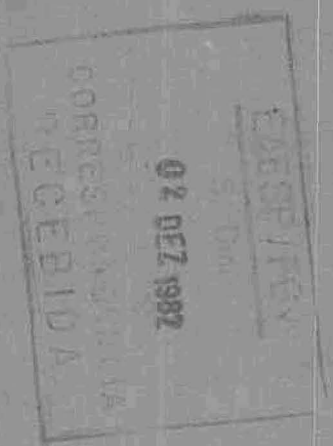
DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel.

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional — Luiz Aranha Corrêa do Lago.
Grupo de Gerência e Economia da Informação — Moacyr Antonio Fioravante.

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Sebastião Marcos Vital

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL